



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 18^a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 15 DE JULHO DE 2025

ATA Nº. 21 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR. PRESIDENTE DA A.M., EM EXERCÍCIO
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO DEZASSETE, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – ATA NÚMERO DEZOITO, DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUBEN FILIPE OLIVEIRA BULAS DA SILVA SALGADO, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
 - 3.3.1. VOTAÇÃO
 - 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE AMADEU GARCIA DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV
 - 3.4.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

- 3.4.2. VOTAÇÃO
- 3.5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – EXTENSÃO DOS PRAZOS DE CONSULTAS PÚBLICAS DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS DE VERÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.5.1. VOTAÇÃO
- 3.5.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5.1.2. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5.1.3. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.6. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.8. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.9. SR. DEPUTADO JOÃO ANTUNES (PRESIDENTE DA U.F. ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDU)
- 3.10. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.11. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.12. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.13. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.14. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.15. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.16. SR. PRESIDENTE DA A.M., EM EXERCÍCIO
- 3.17. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.18. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.^o 478/2025 – GMA – RELATIVA À OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. –



Ue

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO 4.º TRIMESTRE DE 2024 E RELATÓRIO E CONTAS 2024 - APRECIADA

- 4.2. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 597/2025 – GMA – RELATIVA À OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA POR RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024
- 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 590/2025 – SIMAS – RELATIVA À 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2025 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E APLICAÇÃO DE PARTE DO SALDO DE GERÊNCIA – PD 185-SIMAS/2025
- 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.3.1.1. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO:
- 4.4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 605/2025 – DMOTDU/DOTP/ DOT – RELATIVA À REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO MOINHO DAS ANTAS – FINAL - RETIRADA
- 4.5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 643/2025 – DMAG/DGRH/DGP – RELATIVA À ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2025
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.5.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 657/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – RELATIVA AO PROC. N.º 38/DCH/2024 – “CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA – 83 FOGOS, BARCARENA (NPH/06) – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DE PAGAMENTOS AJUSTADOS À DATA DA CONSIGNAÇÃO/REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA

EMPREITADA

- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.6.1.1. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 669/2025 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AO PROCESSO DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DA JUNTA DE
FREGUESIA DE PORTO SALVO RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS
EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA – 2.º SEMESTRE DE 2025
- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 670/2025 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIAS E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO
SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 1.º
TRIMESTRE DE 2025
- 4.8.1. VOTAÇÃO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR. RUI PINTO DE ABREU, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
6. SR. PRESIDENTE DA A.M., EM EXERCÍCIO
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

VOTAÇÃO: Unanimidade

009-09-2025

GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	17		
PS	1		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENHA	—		
INOVAR CARNAXIDE	—		
INOVAR QUETAS	—		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARÇOS CAXIAS	—		
INOVAR PORTO SALVO	—		

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 18ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 15 DE JULHO DE 2020

ATA N°. 21 / 2025

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller, em substituição da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio e como Segunda Secretária a Senhora Maria Carolina Candeias Tomé.

1. ABERTURA DA REUNIÃO

Pelas quinze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente, em exercício, declarou iniciada a Décima Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Sónia Maria Antas de

Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e António Alberto Viçoso Avelino) desta Assembleia Municipal. -----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----
1. Apreciação da Proposta CMO N.º 478/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatório de Execução do 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024;-----



CC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 590/2025 – SIMAS – relativa à 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2025 – Modificações ao Orçamento da Receita, da Despesa e Aplicação de parte do Saldo de Gerência – PD 185-SIMAS/2025; -----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 597/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Transferência Financeira por Resultado Líquido Negativo no exercício de 2024; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 605/2025 – DMOTDU/DOTPUDOT – relativa à Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas – Final; -----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 643/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Alteração do Mapa de Pessoal aprovado para 2025; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 657/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao Proc. N.º 38/DCH/2024 – “Construção do Programa Habitacional de Tercena – 83 Fogos, Barcarena (NPH/06) – Aprovação do Plano de Trabalhos e de Pagamentos ajustados à data da consignação/Reprogramação Financeira da Empreitada; -----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 669/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Uniões de Freguesias e da Junta de Freguesia de Porto Salvo relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 2.º Semestre de 2025; -----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 670/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 1.º Trimestre de 2025. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- 3.1. O Senhor Presidente da A.M., em exercício, iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----
----- “Atenção, peço o vosso silêncio. Vamos iniciar os trabalhos. Peço silêncio, por favor. Muito boa tarde a todos. Cumprimento os deputados presentes nesta Assembleia e o apoio de

secretariado. Cumprimento também quem nos ouve nas redes sociais. Na ausência da nossa Presidente cabe-me a honra de presidir hoje a esta Assembleia. Por conseguinte, vamos iniciar procedendo à chamada dos nossos deputados.

-----Verificado o quórum, então iniciamos os nossos trabalhos com a aprovação de duas Atas.”

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS

3.2.1. Ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezassete de junho de dois mil e vinte e cinco – Ata número dezassete, de dois mil e vinte e cinco.

3.2.1.1. VOTAÇÃO

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Monteiro, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro).

----- As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa Sá Pereira, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e António Alberto Viçoso Avelino, do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.2.2. Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e cinco – Ata número dezoito, de dois mil e vinte e cinco. -----

3.2.2.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Monteiro, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, João Carlos Macedo Viegas,

Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), dois do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira).-----

-----As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa Sá Pereira, do Partido Socialista, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e António Alberto Viçoso Avelino, do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“De seguida temos dois votos de pesar que eu vou passar a ler. Este voto de pesar é um voto de pesar da Assembleia Municipal, que eu espero que estejamos todos de acordo,



cc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certamente. Eu vou ler.”-----

3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUBEN FILIPE OLIVEIRA BULAS DA SILVA SALGADO, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Ruben Filipe Oliveira Bulas da Silva Salgado, colaborador do Gabinete de Comunicação do Município. -----

----- O Ruben partiu de forma trágica e prematura, após dias de angústia e incerteza que abalaram profundamente todos os que com ele privaram. A sua ausência deixa um vazio imenso entre colegas, amigos e familiares, mas também no coração desta autarquia, onde se destacou como um profissional exemplar. -----

----- Natural de Trás-os-Montes, o Ruben escolheu Oeiras como o seu novo lar profissional, trazendo consigo o talento, a dedicação e a sensibilidade que o caracterizavam. Designer de rara criatividade, colega generoso e ser humano íntegro, deixou uma marca profunda na comunicação institucional do nosso Município, contribuindo com paixão e profissionalismo para a construção da sua imagem pública. -----

----- Neste momento de dor, a Assembleia Municipal de Oeiras presta homenagem à sua memória, reconhecendo o legado que deixa e a inspiração que continuará a ser para todos nós. À sua família, amigos e colegas, endereçamos as mais sentidas condolências, partilhando com eles este luto que é de todos. -----

----- Delibera-se que este voto de pesar seja dado a conhecer à família enlutada, como expressão da solidariedade, respeito e gratidão desta Assembleia.”-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

-----“Para quem não esteja dentro deste caso, o Ruben desapareceu no domingo e foi encontrado o seu corpo há dois dias na Fonte da Telha. Portanto, eu vou pôr à consideração este voto de pesar.”-----

3.3.1. VOTAÇÃO

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino). -----

----- As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes da altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 105/2025” -----**

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUBEN FILIPE OLIVEIRA
BULAS DA SILVA SALGADO, APRESENTADO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Ruben Filipe Oliveira Bulas da Silva Salgado, prestando homenagem sua memória, reconhecendo o legado que deixa e a inspiração que continuará a ser para todo nós e endereçando à sua família, amigos e colegas, as mais profundas condolências, partilhando com eles este luto que é de todos. -----

----- Foi ainda deliberado dar conhecimento do referido Voto de Pesar à família enlutada, como expressão da solidariedade, respeito e gratidão desta Assembleia. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da

ata.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Temos outro voto de pesar do Grupo Inovar Oeiras.” -----

3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE AMADEU GARCIA DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Amadeu Garcia dos Santos, “uma referência do momento inicial e do avanço para a consolidação do Vinte e Cinco de Abril e da então democracia nascente”, segundo o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, faleceu no passado dia quatro do corrente mês de julho.-----

-----Oficial Engenheiro de Transmissões, era já tenente-coronel e professor da Academia Militar quando foi contactado pelo seu camarada de armas e também professor da Academia Militar, o tenente-coronel de Engenharia Fisher Lopes Pires, para integrar o “Movimento dos Capitães” que estava em preparação. -----

-----As comissões militares que havia já feito na Guiné e em Angola permitiam-lhe conhecer os problemas que a guerra colonial colocava a qualquer tentativa de democratização do regime, facto que o levou a aderir, de imediato, ao movimento, ficando responsável pelas transmissões do golpe em preparação.-----

-----Revelar-se-ia um dos elementos determinantes para o êxito do Vinte e Cinco de Abril, ao garantir, a partir do quartel da Pontinha, que as transmissões funcionariam sem falhas.-----

-----Ao longo do PREC foi Secretário de Estado das Obras Públicas nos II, III e IV Governos Provisórios, chefiados por Vasco Gonçalves e no VI, liderado por Pinheiro de Azevedo, tendo participado, com Ramalho Eanes na contenção do golpe de Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco.-----



OC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi Chefe da Casa Militar do Presidente da República António Ramalho Eanes e Chefe do Estado Maior do Exército, chefia de que foi destituído em resultado das querelas existentes entre Ramalho Eanes e o Primeiro Ministro Mário Soares. -----

----- Presidente da Junta Autónoma das Estradas denunciou eventuais situações de corrupção existentes na instituição, processo complexo que acabou arquivado sem qualquer clarificação. -----

----- Homem de fortes convicções cívicas e éticas, manteve-se fiel aos princípios democráticos que sempre defendeu. -----

----- O Exército Português reconheceu que Portugal deixou de contar com um dos seus mais notáveis Soldados. -----

----- O Estado Português já havia reconhecido os seus méritos ao atribuir-lhe a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. -----

----- Amadeu Garcia dos Santos não era oeirense, mas a sua estatura de cidadão e militar e o papel que desempenhou na conquista e manutenção da Liberdade justificam plenamente que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária, em oito de julho de dois mil e vinte e cinco, lhe preste uma sentida homenagem aprovando um voto de pesar pelo seu falecimento e um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Este facto deve ser comunicado à família, ao Exército Português, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo da República e publicado no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, alguém se quer manifestar em relação a este Voto de Pesar? Então vou pôr à votação.... Faça favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

3.4.1. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, Executivo Camarário, colegas Deputados Municipais e também todas as pessoas que nos assistem. -----

-----Eu tive o privilégio de conhecer o Senhor General Garcia dos Santos, foi colega do meu pai, também oficial superior do Exército na Academia Militar, e aquilo que eu quero dizer é que são estes homens, estes heróis como o Senhor General Garcia dos Santos que fez duas comissões de guerra, uma em Angola e outra, todavia, na Guiné que fazem com que, realmente, sinta a perca de homens que, realmente, deram a sua bravura em prol de Portugal. -----

-----Quero dizer que este grande homem colocava acima dos seus galões a pátria, a bandeira, a ética e a honra e, portanto, é uma pessoa que irá fazer muita falta, principalmente ao Exército português e, por isso, já descansa em paz. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Senhor Deputado. -----

-----Vou pôr então à votação este voto de pesar.” -----

3.4.2. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato,



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino). -----

----- As Senhoras Deputadas Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes da altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 106/2025”** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE AMADEU GARCIA DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um

Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Amadeu Garcia dos Santos, prestando-lhe uma sentida homenagem e fazendo um minuto de silêncio em sua memória. -----

-----Foi ainda deliberado comunicar o referido Voto de Pesar à família, ao Exército Português, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo da República e publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal de expansão nacional.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

-----“Aprovado por unanimidade. Faremos então um minuto de silêncio pelo General Garcia dos Santos, ao qual também associo o jovem Ruben.” -----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em memória de Ruben Filipe Oliveira Bulas da Silva Salgado e Amadeu Garcia dos Santos.** -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Na continuação dos nossos trabalhos, temos uma proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, que eu vou passar a ler de imediato.” -----

3.5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – EXTENSÃO DOS PRAZOS DE CONSULTAS PÚBLICAS DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS DE VERÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“A consulta pública é um direito consagrado no artigo nono alínea c) da Constituição



62

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portuguesa. A participação cívica e o envolvimento ativo da população nos processos de decisão política são pilares fundamentais de uma democracia saudável, transparente e inclusiva. Neste sentido, as consultas públicas representam instrumentos essenciais para recolher contributos, opiniões e preocupações dos cidadãos relativamente a matérias que afetam direta ou indiretamente o seu quotidiano.

Contudo, importa reconhecer que, durante o período de férias de verão — entre os meses de julho e setembro — grande parte da população se encontra ausente das suas residências habituais, em momentos de descanso, deslocações familiares ou em contextos de menor disponibilidade para acompanhar os processos administrativos em curso. Esta realidade pode comprometer significativamente a capacidade de participação informada e ativa dos munícipes nas consultas públicas em desenvolvimento.

Importa ainda sublinhar que, entre os meses de janeiro e maio do presente ano, foram realizadas apenas seis consultas públicas no Município de Oeiras (lista em rodapé). Contudo, observa-se que só nos meses de julho e agosto está previsto o término do período de consulta de quatro processos distintos, o que representa uma concentração significativa destas iniciativas no pico do período de férias. Esta calendarização levanta sérias preocupações quanto à transparência e à efetiva promoção da participação cidadã, podendo ser interpretada como um uso indevido de um período tradicionalmente marcado pela menor disponibilidade dos cidadãos, o que enfraquece a legitimidade dos processos em curso.

Assim, propomos que para as quatro consultas públicas em curso, e listadas abaixo, o período de participação se estenda até quinze de setembro, e que de futuro sempre que estejam em curso consultas públicas sobre temas de relevância municipal durante o período de verão (julho e agosto), seja considerada desde logo a extensão dos respetivos prazos, de modo a garantir que todos os cidadãos tenham oportunidade efetiva de participar, independentemente do calendário estival.

-----Consulta pública referente ao pedido de Licenciamento Espargal -----

-----Consulta Pública Revisão do Plano de Urbanização da Área do Parque de Ciência e Tecnologia -----

-----Consulta Pública Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos-----

-----Consulta Pública Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação de Oeiras (PMINDO dois mil e vinte e quatro – dois mil e trinta), “Oeiras + Igual” -----

-----Esta medida visa: -----

-----Promover uma participação mais ampla e representativa;-----

-----Garantir maior equidade no acesso aos processos de consulta;-----

-----Evitar que decisões relevantes sejam tomadas com base em contributos limitados;

-----Reforçar a legitimidade democrática das decisões municipais.-----

-----Acreditamos que esta medida contribuirá para reforçar a qualidade democrática do nosso município e fomentar um maior envolvimento da comunidade nas decisões que moldam o nosso território.-----

-----Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária dezoito/dois mil e vinte e cinco de quinze de julho de dois mil e vinte e cinco delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras: -----

-----Um) A prorrogação do prazo de Consulta Pública até quinze de setembro relativamente às consultas públicas:-----

-----a) Referente ao pedido de Licenciamento Espargal, publicada no edital CMO duzentos e oitenta e cinco/dois mil e vinte e cinco e com data-limite de consulta previsto para vinte e dois de julho de dois mil e vinte e cinco;-----

-----b) Revisão do Plano de Urbanização da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, publicada no edital CMO duzentos e oitenta e oito/dois mil e vinte e cinco e com data-limite de consulta previsto para cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco; -----



OC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- c) Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos, publicada no edital CMO duzentos e noventa e seis/dois mil e vinte e cinco e com data-limite de consulta previsto para oito de agosto de dois mil e vinte e cinco; -----

----- d) Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação de Oeiras (PMINDO, dois mil e vinte e quatro-dois mil e trinta), "Oeiras + Igual" publicada no edital CMO duzentos e setenta e sete/dois mil e vinte e cinco e com data-limite de consulta previsto para onze de agosto de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Dois) Que igual prorrogação seja considerada deste já para outras consultas públicas que venham a ser lançadas em edital no período de julho e agosto de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Três) Que estude a viabilidade de a extensão dos prazos de período de consulta pública sempre que sejam iniciadas consultas públicas sobre temas de relevância municipal durante o período de verão (julho e agosto), desde logo, de modo a garantir que todos os cidadãos tenham oportunidade efetiva de participar, independentemente do calendário estival.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, ponho à discussão esta proposta de recomendação do Grupo Evoluir Oeiras. Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Não? Senhor Presidente, como está? Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, pretendem usar da palavra em relação a este ponto? Senhor Vice-Presidente, Senhor Presidente pretendem usar da palavra? Então irei pôr à votação esta proposta de recomendação.” -----

3.5.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e um votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva,

Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino), com dez votos a favor, sendo três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira) e uma do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques).

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes da altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 107/2025**-----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – EXTENSÃO DOS PRAZOS DE CONSULTAS PÚBLICAS DURANTE O**



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

PERÍODO DE FÉRIAS DE VERÃO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e um votos contra, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dez votos a favor, sendo três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco abstenções, sendo quatro do Partido Socialista e uma do Partido Chega.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Senhores deputados, muito obrigado. A proposta foi recusada. Dentro de momentos já vos dou os valores da votação. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faça favor.” -----

3.5.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. É para uma declaração de voto em nome do Partido Socialista. -----

----- Nós genericamente estamos de acordo com a proposta, mas consideramos que os processos iniciados num mandato devem terminar no próprio mandato e daí a razão da nossa abstenção. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

-----Faça favor, Senhor Deputado.”-----

3.5.1.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. Para efeitos de uma declaração de voto. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou esta proposta com o intuito, como foi explicado na própria proposta, de alargar os prazos para permitir a participação cidadã nestas consultas públicas. Punha um prazo que termina ainda dentro deste mandato, dia quinze de setembro. Achámos que era importante promover a participação cidadã e garantir mais condições a que essa participação cidadã acontecesse, dada a natureza do mês de agosto, lamentavelmente a Assembleia Municipal achou que tal não era importante. Nós ficamos um bocadinho surpreendidos, aceitamos, naturalmente, o resultado democraticamente, mas sem compreender muito bem a explicação, tendo em conta que nem sequer houve intervenções dos outros grupos políticos em relação a esta matéria. Tentámos alargar a possibilidade de participação cidadã, a Assembleia Municipal aparentemente não quis alargar essa participação cidadã, cá estamos. -----

-----Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. -----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faça favor.”-----

3.5.1.3. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente, cumprimentá-lo. Cumprimentar na sua pessoa a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente e na sua pessoa o Executivo, os Deputados, o nosso apoio administrativo e todos os que nos assistem aqui e lá em casa.-----

-----O PSD votou a favor porque, tal como o Senhor Presidente já disse aqui em várias ocasiões, a sua postura, enquanto líder deste Executivo da Câmara Municipal é permitir, realmente, a participação de todos os munícipes nos processos que têm lugar na Câmara Municipal.-----

-----Acontece que nós não sabemos, e por isso é que gostávamos de ouvir o Executivo, se,



U

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de facto, estes prazos estão corretos, se, de facto, estas consultas terminam no mês de agosto. Se assim for, de facto, o mês de julho e agosto são meses em que os munícipes estarão fora, estarão em gozo de período de férias e, portanto, não estarão disponíveis para, efetivamente, exercerem esta prerrogativa.

E, portanto, o PSD defenderá, como sempre, a participação ativa de todos os cidadãos e consideramos que a data de quinze de setembro é uma data perfeitamente aceitável, e que tudo o que seja anterior a esta data limita, de facto, os direitos dos cidadãos a participar em todo e qualquer processo em que tenham interesse em participar nas consultas públicas. E foi por isso que o PSD votou favoravelmente esta proposta.

Muito obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhora Deputada.

Estou em condições de vos dar o resultado da votação. Votaram contra vinte e um deputados, cinco abstenções e dez a favor.”

A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) solicitou o seguinte:

“Senhor Presidente, não se importa de dizer de quem é que foram as votações? Muito obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Sim. Votou contra o IN-OV, os Presidentes de Junta de Freguesia (exceto Barcarena que não estava presente e José Monteiro). Abstenções, Partido Socialista e Chega, e a favor PSD, Evoluir, PAN e Iniciativa Liberal. Obrigado. E a CDU, exatamente.”

Continuando o nosso tempo do Período Antes da Ordem do Dia ponho à abertura, quem quiser usar da palavra, faça favor de dizer. Não temos ninguém no Período Antes da Ordem do Dia a querer usar da palavra? Faça favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”

3.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. Boa tarde a todos. Aproveito para cumprimentar todos os presentes e também quem nos segue à distância.-----

-----No passado domingo a Coligação Evoluir Oeiras deu o primeiro passo oficial rumo a uma nova etapa que se avizinha. Reunimos cidadãos independentes e três forças políticas – Livre, Bloco de Esquerda e Volt – que continuam a partilhar um compromisso comum: transformar Oeiras com seriedade, justiça social, ecologia e participação cidadã. A assinatura pública do nosso acordo não foi apenas simbólica foi a reafirmação de que há quem esteja na política local não para se servir, mas para servir.-----

-----Nestes quatro anos, estivemos sempre do lado das pessoas (como de resto já se viu hoje). Denunciámos ilegalidades, travámos abusos e mantivemos os cidadãos informados – sem assessorias, sem pelouros, mas com trabalho e integridade. Acreditamos que é possível fazer diferente e fazer melhor.-----

-----É nesse espírito de escrutínio e de responsabilidade que exigimos este mandato que a realização da auditoria à Município fosse realizada por uma entidade externa para que todas as situações fossem devidamente apuradas. Foi também por isso que em janeiro, aqui nesta Assembleia, colocámos questões sobre os procedimentos de contratação e aquisição pública de produtos de mercearia social na Junta de Algés e o uso de pontos de um cartão do pingo doce comprovado em faturas e que resultou na realização desta auditoria. Estes pedidos não são meros gestos políticos: são parte do nosso compromisso de colocar Oeiras nas mãos dos seus cidadãos – com verdade, com justiça e com coragem.-----

-----O resultado da auditoria de Algés vem corroborar as preocupações e questões que oportunamente foram colocadas aqui pela Coligação Evoluir Oeiras. Como se comprova, as questões eram fundamentadas e esta é só mais uma situação das várias que têm sido denunciadas pela Coligação Evoluir Oeiras no universo municipal de Oeiras este mandato e sob gestão de Isaltino Morais.-----



CR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta auditoria foi como levantar a ponta do véu, já que mostra incorreções no uso de dinheiros públicos, mas também outras fragilidades nos serviços desta Junta de Freguesia, mas também das outras Juntas de Freguesia do Município e dos próprios serviços da Câmara Municipal que deviam fiscalizar estes financiamentos. -----

----- O que pretendíamos com as questões que colocámos era incentivar as boas práticas de gestão do bem público e a transparência. E fizemo-lo nesta Assembleia Municipal. É o sítio próprio. É preciso agora garantir o seguimento rigoroso de todas as recomendações da auditoria e que sejam apuradas as eventuais responsabilidades por parte dos envolvidos na Junta, sejam eles funcionários, sejam eles eleitos, ainda para mais quando sabemos que a vogal responsável na Junta de Freguesia de Algés pela Ação Social é a esposa de Isaltino Morais. -----

----- A Coligação Evoluir Oeiras pretende que Oeiras se torne um exemplo das boas práticas de cidadania, de transparência, da gestão dos dinheiros públicos, da promoção da qualidade de vida e do ambiente, da justiça social e de um modelo de desenvolvimento sustentável que pense no presente, mas também no futuro, e que deixe de figurar nas notícias por situações como estas.

----- Meus senhores, o futuro de Oeiras constrói-se com compromisso, com transparência e com serenidade. A Coligação Evoluir Oeiras olha em frente: para uma Oeiras mais justa, mais verde, mais transparente - e para um futuro que vale a pena construir em conjunto. -----

----- Cá estaremos. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), tem a palavra.” -----

3.7. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente. -----

----- Vivemos um ciclo político que exige coragem, determinação, renovação e verdade. Precisamos de um novo caminho político que acabe com a corrupção, com o compadrio político,

com o desprezo e a falta de respeito manifesto por muitos municíipes. E é precisamente por isso que o Partido Chega se apresenta como um antídoto para o cancro social em que vivemos, com clareza, com firmeza e com sentido de justiça.-----

-----As famílias portuguesas estão a sofrer. Os filhos partem das suas casas não por vontade própria, mas por necessidade. Partem à procura de emprego, de dignidade e de futuro. E o que faz o Poder Local aqui em Oeiras? Dá o exemplo, com a contratação da empresa da filha do Presidente da Câmara sem concurso público, com remuneração avultada paga pelos cofres municipais, como se em Oeiras não existissem mais psicólogos credenciados.-----

-----Aqui, como órgão de fiscalização que deve ser esta Assembleia Municipal, gostaria de indagar e de perguntar se há alguma ligação entre a família Isaltino Morais e a Associação Pequenos Gigantes, financiada pelo PRR e com investimento pesado do Município, certo que a associação está conforme a lei, juridicamente, mas, contudo, gostaria que fosse clarificada esta situação, ou então não somos um órgão de fiscalização.-----

-----Também quero aqui esclarecer que ninguém nasce em Oeiras, ou não houvesse hospitais em Oeiras de urgência, nem maternidades. O Doutor Isaltino nasceu em Mirandela, só os ricos é que podem nascer em Oeiras, já agora. A maioria dos oeirenses nasceu em Lisboa Centro, ou nos arredores, mas critica-se quem vem de fora para intervir em Oeiras, para participar politicamente, para exercer os seus direitos constitucionais neste Concelho. Que incoerência, que falta de honestidade intelectual e de Democracia.-----

-----Queremos, enquanto Chega, iniciar um novo ciclo político aqui em Oeiras com responsabilidade, com rigor, com competência, porque acreditamos que o futuro de Oeiras não se constrói com a má reputação a todo o tempo em que se vive neste Concelho. Assim sendo, apelamos a que se dê uma oportunidade ao Doutor Pedro Frazão, candidato pelo Partido Chega à Câmara Municipal de Oeiras. Um homem com um currículo notável, um homem conhecedor da realidade autárquica, deputado da nação que, todavia, tem soluções sustentáveis e justas para



62

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Faça favor, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).” -----

3.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, em exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, caros colegas, público que nos assiste e online. -----

----- O Ciclo de Dança esteve de volta nos Jardins do Palácio Marquês de Pombal, com três espetáculos imperdíveis nos passados dias onze, doze e treze de julho. Nesta edição subiram ao palco duas companhias nacionais e uma companhia internacional, num programa que celebra a diversidade e a excelência da dança contemporânea. A entrada foi livre, convidando o público a desfrutar de momentos únicos de dança, num dos espaços mais emblemáticos de Oeiras. -----

----- Tivemos então o Romeu e Julieta no passado dia onze de julho, que é uma peça com a qual as pessoas se relacionam. Romeu e Julieta é reconhecida pela maioria das culturas como a maior história de amor. Foram intérpretes oito bailarinos. Esta nova versão do Romeu e Julieta leva-nos ao mundo do amor romântico, amor este que nada ou ninguém pode destruir. O amor que é cego, um tipo de amor tão forte que nem pela morte poderá ser vencido. -----

----- Tivemos também o Havana Social Club, um coletivo de oito músicos e quatro bailarinos que prestaram homenagem à música tradicional cubana dos anos trinta, quarenta e cinquenta, do qual fazem parte artistas como Buena Vista Social Club, entre outros. -----

----- Através de releituras de clássicos do cancionero cubano, o grupo convida o espectador a saborear a essência da cultura cubana e o colorido do latin jazz. Um som que comove e alegra

em simultâneo, e com um ritmo subjacente claramente marcado que lhe confere um charme tropical inconfundível. Um espetáculo imperdível.

Também tivemos Portugal em Dança, uma gala de dança fantástica com música, coreografias, piano e excelentes bailarinas da Companhia Nacional de Bailado e da Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional. Isto é cultura ao mais alto nível em Oeiras.

Concluindo, a edição do Ciclo de Dança, realizado este fim de semana, trouxe a Oeiras três propostas de espetáculos em áreas diferentes: a dança contemporânea, a salsa e a música cubana, e a dança clássica. Foi num ambiente excelente onde estiveram presentes centenas de pessoas.

A cultura em Oeiras existe, envolve e pratica-se. Isto é Inovar Oeiras, meus senhores. Viva a cultura em Oeiras.

Tenho dito.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhora Deputada.

“Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés, João Antunes (IN-OV), tem a palavra.”

3.9. O Senhor Deputado João Antunes (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo) referiu o seguinte:

“Boa tarde, Senhor Presidente, restante Mesa, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

A Senhora Deputada Albuquerque (EO) fez aqui uma série de acusações sem fundamento nenhum. O que está escrito na auditoria não tem nada a ver com o que ela disse. Aqui os produtos foram todos bem utilizados, é o que diz a auditoria. Há diferenças contratuais, que aí melhorámos, porque mal fizeram a auditoria, melhorámos os procedimentos, porque levantaram-nos algumas questões sem importância nenhuma. Ninguém desviou dinheiro nenhum como a



47

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhora afirmou, que acho que isso é de lamentar, ainda por cima envolver as outras Juntas. Eu sei que isto deu muito jeito, a Senhora desde janeiro que vem nos trazendo isto em lume brando até agora, porque dá jeito. Em todas as Assembleias falava no assunto e mantinha..., a suspeição em mim era muito grande, mas a auditoria não disse isso. Acho que temos que falar verdade. Acho que continuamos a falar mentira, como estamos a falar mentira, mas..., Ribeira de Algés com aquelas mentiras todas, que entrou Algés em pânico sem necessidade nenhuma. E ainda não caiu nenhum autocarro na Avenida dos Bombeiros. Isto é a mesma coisa. Estão a falar de uma coisa que nós não roubámos o Estado, nem metemos a mão no... A única coisa que demos foi de comer às pessoas. O que é importante é darmos de comer às pessoas. Aliás, foi a primeira coisa que o Presidente da Câmara me disse foi: “Eu não quero ninguém com fome”. Por isso, se não é o dinheiro da Câmara, ou o dinheiro da Câmara não vem, a Junta paga. Por isso, não tem problemas nenhuns em fazer, fazemos outros sacrifícios. Agora vêm dizer que nós estamos “a meter dinheiro na massa”, como se costuma dizer e que isto é uma “grande bandalheira” ... Não é. A gente, o principal é ajudarmos as pessoas e termos as pessoas com algum nível de vida..., o que vocês não estão, é só mentiras. Acho que vocês levantaram uma suspensão (deverá querer dizer “suspeição”) tão grande sobre os funcionários da Junta, que parecem que são uns bandidos. Tivemos que fazer uma auditoria aos funcionários, ainda por cima vieram-nos dizer que foi uma funcionária que nos acusou. Todos os funcionários hoje olham para o lado, a pensar quem é que acusou. Eu acho que isto é demais, a política mais baixa, ao nível mais baixo. Desculpem lá, mas isto é verdade, é o nível mais baixo, porque os nossos funcionários, todos eles tentam vestir a camisola e tentam viver a sua vida com um baixo salário e vocês dizem mal dos funcionários. Tanto dizem mal dos funcionários da Junta, como da Câmara. Está sempre tudo mal. Mas é com esses funcionários que nós vivemos, e que fazemos, e que ajudamos as pessoas na rua, e que trabalhamos e que nos orgulhamos disso. Eu orgulho-me muito de estar como Presidente da Junta e resolver o problema das pessoas.

-----E acho que isto também não sirva para atacar o Senhor Presidente da Câmara, porque o Senhor Presidente da Câmara nem teve nada a ver com o assunto, o erro foi nosso, dos cartões. Foi o antigo Presidente da Junta que deixou usar os cartões, que não há nada que prove que isto foi do honorário público, os cartões são pontos, os funcionários usaram, tudo bem. Agora estaremos a lavar com água suja é muito mau, e espero que nas eleições as pessoas se lembrem disso. --

-----Obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.**, em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), tem a palavra.” -----

3.10. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, independentemente das forças políticas da oposição, do Movimento IN-OV, seja o que for, eu acho que há uma linha vermelha que, todavia, nunca devemos ultrapassar. Uma coisa é criticar construtivamente, outra coisa é colocar em xeque, indagando alguma situação, logicamente que deva ser esclarecida, outra coisa é fazer aqui o papel do Ministério Público que foi aqui feito. -----

-----Eu penso que é gravíssimo aquilo que foi aqui mencionado pela extrema-esquerda e eu acho sinceramente, se eu estivesse na posição do Doutor Isaltino Moraes, tendo até abordado a questão da esposa, eu remetia isto imediatamente ao Ministério Público, porque eu acho que é de uma gravidade, é de uma gravidade, porque já vamos para o campo... Uma coisa é constatar, questões diretas, questões precisas, outra coisa é entrar no campo da suposição e de estar-se aqui a fazer justiça na praça pública. -----

-----Portanto, eu acho que este tema, para esclarecimento total, devia ser enviado para Ministério Público, porque estão a falar aqui de pessoas que nem estão aqui presentes para se defenderem. -----

-----Muito obrigado.” -----



42

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Mais algum dos senhores deputados pretendem usar da palavra? Faça favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).” -----

3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Vou tentar não demorar, para ver se não gasto todo o meu tempo. Gostava de responder ao Senhor Presidente da Junta de Algés. As suas declarações são as suas declarações, não são as minhas e, portanto, independentemente das suas afirmações, elas não são o que eu disse. E, o que eu disse fica gravado em Ata, felizmente. As suas também, e ainda bem que ficam, porque talvez esta Ata possa ser usada também num futuro processo.-----

----- Senhor Deputado do Chega, o Senhor antes fazer essas afirmações, podia ter começado por pedir acesso à auditoria. E se pedisse essa auditoria, verificava aquilo que eu disse aqui. Está bem? Pronto. Esta proposta já passou na Câmara, na reunião de Câmara, e oportunamente há de vir aqui à Assembleia, esperemos que ainda neste mandato. E, portanto, teremos oportunidade de a discutir. -----

----- Em relação à minha afirmação em relação à responsável da ação social, o Senhor Deputado pode consultar o site da Junta, a informação está lá, não inventei nenhuma informação.

----- E em relação à utilização, a auditoria é muito clara e diz lá quais são os erros. E ainda bem que o Senhor Presidente de Junta diz que corrigiram procedimentos. Ainda bem. O que não desmente são as suas afirmações aqui em janeiro, a dizer que tomavam procedimentos que, pelos vistos, não tomavam. Tanto não tomavam, que a auditoria assim o disse. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada-----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faça favor, tem a palavra.”-----

3.12. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, em exercício, muito obrigado. -----

-----A saúde é, tem de ser, uma prioridade para todos nós! -----

-----As estratégias, medidas e apoios que, em parceria, o Estado e as Autarquias articularam e souberam implementar, durante todo o período da pandemia do Covid-19, demonstraram que, afinal, somos mais resilientes do que pensávamos!-----

-----Que o país, sempre tão criticado e enxovalhado por alguns, é afinal, capaz de unir vontades, de dar resposta coletiva aos problemas emergentes e de priorizar o que é realmente importante! -----

-----E de reconhecer que, no final de tudo, apesar das muitas mortes ocorridas, o sistema respondeu aos desafios e que a dimensão da pandemia poderia ter sido devastadora para a economia, para as finanças públicas e, principalmente, para as famílias, para a qualidade de vida dos cidadãos, em particular no domínio do emprego, da proteção social e, sobretudo, dos laços familiares, da proteção na saúde e na doença. -----

-----Cinco anos depois, devemos aprender com a história e retirar as lições do que se fez bem, avaliar o que se poderia ter feito e não se fez. -----

-----Senhor Presidente,-----

-----Parece claro que, afinal, o Serviço Nacional de Saúde era mais robusto do que se pensava e que a resposta aos muitos problemas que existiam, que existem, e que urge resolver, não se centram numa alteração sistémica ou do paradigma que esteve na génese da sua criação.-----

-----O Serviço Nacional de Saúde sofre de dores de crescimento! -----

-----Para responder à universalização do próprio sistema, às necessidades de uma população cada vez mais envelhecida, à concentração da população, em cada vez maior número nas grandes metrópoles, mas também ao avanço da ciência, à complexidade das novas patologias



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e aos custos de novos meios auxiliares de diagnóstico. -----

----- E, não menos importante, porque a vida individual e coletiva mudou muito, nos últimos cinquenta anos de Democracia! Porque vivemos mais tempo e de outra forma! Porque queremos mais e melhor assistência! Porque a realidade e a percepção do que queremos é diferente e mais exigente. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Não basta injetar dinheiro no Serviço Nacional de Saúde. -----

----- A prova disso está no facto de o SNS ter um orçamento recorde, mas mesmo assim registar, em dois mil e vinte e quatro, um défice de mil trezentos e setenta e sete vírgula seis milhões de euros. Este valor representa um aumento de setecentos e quarenta e um milhões de euros em relação a dois mil e vinte e três e é o mais elevado de sempre, superando mesmo os anos da pandemia. -----

----- E também não se resolve com a redução da oferta nos cuidados primários, concentrando as valências e afastando-as das populações, como se suspeita que venha a acontecer após as próximas Eleições Autárquicas, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e que se refletirá, inevitavelmente, também em Oeiras. -----

----- Muito pelo contrário, é aproximando o SNS das pessoas, reforçando a saúde primária e o papel das unidades locais de saúde, delegando competências no poder autárquico, como foi feito pelo Partido Socialista através do Governo de António Costa e da Vereadora Filipa Laborinho ao se resolver a pasta da Delegação de Competências na Saúde, que se aumenta a eficácia da coisa pública, porque, como estudos comprovam, também a saúde é mais bem gerida em proximidade, potenciando todo o manancial de soluções que o SNS têm para responder às necessidades. Mesmo que isso signifique eventuais ajustamentos no pacote financeiro transferido para o Município!----

----- O Serviço Nacional de Saúde carece de um plano estratégico coerente, proporcionado e perceptível por todos. Que seja implementado de início ao fim e que dê resultados - mesuráveis e

capazes de apontar os seus pontos fortes e pontos fracos - adaptando-se à realidade e às necessidades. -----

-----É isso que o Partido Socialista defende! -----

-----É isso que o Partido Socialista espera e deseja que venha a ser a bandeira do Município e de todos os eleitos da Assembleia Municipal! -----

-----Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhor Deputado Jorge Rato (PS). -----

-----Faça favor, Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). Faça favor.” -----

3.13. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Doutor, em substituição da Doutora Elisabete. -----

-----Aproveitar esta oportunidade para dar conta de que informámos a Assembleia, na pessoa da Senhora Presidente, que pelas dezoito horas nos íamos retirar desta Sessão, porque há a apresentação pública dos candidatos da CDU no Palácio Anjos, em Algés, às seis e meia, e queremos estar lá presentes. Ela respondeu-nos em conformidade, mas queria, por educação e por respeito aos meus colegas, dar essa informação da nossa ausência. -----

-----Dizer também ao Doutor Francisco O'Neill (CH) de que há bebés que nasceram em Oeiras. Eu próprio nasci em Oeiras, nasci em casa, em Algés, e há a possibilidade de os munícipes de Oeiras voltarem a nascer no nosso Concelho, quando, como nós esperamos, aquela valência do Hospital de Santa Cruz possa corresponder a esta necessidade. -----

-----Dizer que durante a minha longa vida beneficiei de muita gente que veio para Oeiras de outros sítios, do nosso país, das antigas colónias, da zona de países que nos procuraram vindos do Leste e todos foram bem-vindos, foram integrados e são uma mais-valia para transformar Oeiras naquilo que hoje é. Portanto, nós beneficiámos muito, eu como nascido cá, algesino, beneficio, respeito e agradeço o trabalho que outros de outras terras vieram valorizar a minha, tal como os



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portugueses que nós não conseguimos reter por termos desmantelado a estrutura produtiva nacional, foram criar mais-valias um pouco por todo o espaço europeu com muita pena nossa, porque são jovens formados cá e que depois vão criar riqueza nouros países, que podia ficar cá, se nós tivéssemos uma política de produção nacional que desse resposta a crises como foi o covid, que não tínhamos nada e tivemos que importar tudo porque não tínhamos como fazer, porque já não sabíamos fazer e não tínhamos fábricas para o fazer.-----

----- Pode ser que, porque o povo é o mesmo, nós não vamos mudar de povo, pode ser que nós ganhemos consciência que não devemos estar dependentes só do exterior e devemos “arregaçar mangas”, produzir, trabalhar na nossa terra e criar riqueza para nós. -----

----- Muito obrigado e com todo o respeito, Senhor Doutor.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.**, em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado Carlos Coutinho CDU).-----

----- Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Penso que não. Senhor Presidente quer usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Faça favor, tem a palavra Senhor Presidente.” -----

3.14. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Duas notas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu pensava que estava no Período de Antes da Ordem do Dia e na Assembleia Municipal de Oeiras e, afinal, verifico que não. Dois dos senhores deputados fazem campanha eleitoral. Vêm falar das suas candidaturas e dos seus candidatos como se fosse aqui o local próprio para fazer a apresentação dos candidatos. É extraordinário. Realmente, é uma deturpação total daquilo que é a finalidade deste órgão. Este órgão não é o órgão indicado para cada partido fazer campanha eleitoral, isso é lá fora de portas, mas pelos vistos, na ausência de ouvintes para ouvir aquilo que têm a dizer, aproveitam esta oportunidade para fazer campanha eleitoral. Ora bem e, portanto, sendo campanha eleitoral, nada a dizer.-----

-----No entanto, há duas notas que eu queria esclarecer. Por outro lado, não interessa repisar os assuntos. Os assuntos que já foram tratados na Assembleia Municipal não adianta baterem neles nesta, como não adianta baterem na próxima, porque se estiverem à espera que eu reaja ao quer que seja, estão enganados. E assuntos relativamente aos quais os senhores já fizeram denúncias para o Ministério Público muito menos me irei pronunciar sobre essas questões. Deixemos isso ao Ministério Público. E, portanto, não percebo porque querem fazer... E depois é interessante, uns dizem que o outro quer ser juiz, o outro quer ser Ministério Público, mas não se olham ao espelho. Hoje é um que é juiz e Ministério Público, no dia seguinte há outro que faz o mesmo papel, e vice-versa. De maneira que está muito bem, extrema-direita e extrema-esquerda olhem-se ao espelho, porque o reflexo é bonito, porque vocês veem-se nesse espelho, não adianta, não veem o outro, veem-se a vocês próprios. -----

-----Ora, relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Rato (PS) (deverá querer dizer “Jorge Rato”), tudo num contexto de campanha eleitoral também. Aliás, como a proposta inicial que aqui foi de adiamento das discussões públicas de programas, eu na altura não tive oportunidade de me pronunciar, mas tenho tempo de antena agora. E é engraçado que no texto uma das coisas que se diz é: “Esta calendarização levanta sérias preocupações quanto à transparência e à efetiva promoção da participação cidadã, podendo ser interpretada como um uso indevido de um período tradicionalmente marcado pela menor disponibilidade dos cidadãos, o que enfraquece a legitimidade dos processos em curso”. Ora bem, como são tão lestos a preocupar-se com esta situação, como já vi que consultaram outros processos, não percebo porque é que não consultam estes e verificam que, na realidade, um processo burocrático é assim mesmo. Há discussões que calham no inverno (e também faz muito frio para as pessoas virem à rua para participar, ou outra situação qualquer), outros calham no verão, outros calham na primavera, outros calham no outono. Agora, insinuar sequer, insinuar sequer que há uma programação propositada para a discussão pública destes processos, ao menos que houvesse bom senso e dissessem assim,



67

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“Bom, realmente, há pessoas de férias”, mas que eu saiba, ninguém faz noventa dias de férias seguidas em Portugal e, portanto, poderia dizer-se assim, “Olhem, a discussão é de quinze dias, vamos lá fazer obrigatoriamente trinta dias”, porque mesmo trinta dias de férias, hoje, ninguém goza em Portugal. Trinta dias seguidos não há ninguém. As pessoas fazem oito dias, podem fazer quinze, portanto, se dissessem assim, “Vamos lá programar trinta dias” e a Câmara Municipal está disponível, não temos nenhum problema. Se houver uma petição qualquer dos cidadãos a dizer para prolongar mais quinze dias, a Câmara prolonga, não há problema nenhum. Portanto, esta proposta não visa mais do que fazer chicana, dar importância, e ainda bem que ninguém lhe deu importância nenhuma, estou eu agora a dar. Estou eu agora a referir apenas para levantar esta ideia das suspeições sistemáticas, como se os funcionários da Câmara Municipal... Porque isto não tem nada a ver com o Presidente da Câmara ou com a Câmara, vamos lá ver. Estes processos seguem os seus trâmites, têm os seus trâmites burocráticos, e quando chegam ao fim, ao fim, isto é, quando chega a altura de ser discussão pública, é feita a discussão pública, independentemente do tempo. Agora, obviamente que no verão, também concordo que se deve dar um período maior, mas não é estar três meses sem fazer essas consultas.

----- Mas há duas notas que eu gostaria de dar. A primeira tem a ver com a história da....”

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:

----- “Só um detalhe, nós damos sempre mais prazo do que o legal.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Sim, damos sempre mais prazo do que o legal. -----

----- Mas relativamente à famigerada auditoria à Junta de Freguesia, realmente aí está como se faz chicana. Não há nenhum problema de ilegalidade e todos os senhores deputados sabem isso. Não há nenhuma ilegalidade no processo das freguesias. Naturalmente, e ainda bem que o Senhor Presidente... hoje parece que toda a gente está esquecida disso, ainda bem que o Senhor Presidente da União de Freguesias disse que o Presidente da Câmara deu ordens, orientações de que não

queria ninguém com fome neste Concelho e, portanto, qualquer família que fosse identificada com dificuldades financeiras, as Juntas de Freguesia, as paróquias, as IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), em articulação com a Câmara Municipal suportariam todos os custos que fossem necessários para garantir a alimentação das famílias de Oeiras. Foi esta a minha orientação. E, naturalmente, por vezes o processo burocrático é mais moroso, quer dizer, a Junta de Freguesia recebe dez mil euros para a mercearia, entretanto gasta os dez mil euros, quando está nos oito mil faz o pedido de reforço à Câmara, a Câmara Municipal tem que fazer a deliberação, tem que aprovar, tem que vir à Assembleia, mas, entretanto já foram gastos catorze mil. Ora bem, não é por isso que a Câmara não vai pagar, porque os quatro mil não tinham autorização, não é por isso que a Câmara não vai dar os quatro mil euros à Freguesia. É do que estamos a falar. -----

-----Relativamente ao ponto final, o ponto “gravíssimo” da Junta de Freguesia, tem a ver apenas com os pontos de desconto no cartão Pingo Doce, e não dinheiros públicos como refere a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO). Realmente, é muito grave as afirmações, as insinuações que sistematicamente faz. Isto é que é, estou farto de dizer isto, isto é que é o populismo. Mente-se, mente-se, mente-se, mente-se e, a dada altura, se não houver um desmentido, as pessoas pensam que é verdade. E eu digo aqui então, é mentira aquilo que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse. É tudo mentira. E atenção, noventa e nove por cento das vezes em que ela está a falar, é mentira. Eu estou a falar agora, eu estou a falar agora não aqui para a Assembleia, estou a falar para quem nos ouve. Sempre que esta Senhora Deputada fala, noventa e nove por cento é mentira. Portanto, não a levem a sério, porque não é para levar a sério. Porque é gravíssimo o que ela disse. É muito grave, não é? É muito grave. Portanto, é mentira, é mentira, estão a ver? -----

-----Depois uma outra questão, outra intervenção, do Senhor Deputado Jorge Rato (PS). Por isso é que fico um bocado perplexo, fico sem saber se estamos no Período Antes da Ordem do Dia ou o que é que estamos. Às vezes, dá-me a impressão que há aqui uma certa frustração, porque



6/

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parece-me que os senhores deputados gostavam de ser mais deputados da Assembleia da República do que da Assembleia Municipal. Mas nós estamos na Assembleia Municipal, não estamos na Assembleia da República e, portanto, vejo aqui uma defesa laudatória do Partido Socialista. Eu às vezes também elogio o Partido Socialista ou o Governo Socialista, em função daquilo que ele faz de bom para Oeiras. E, como sabem, já houve várias circunstâncias em que elogiei o Governo do Partido Socialista e o Governo do Doutor António Costa, já lhe fiz vários elogios. Agora, numa Assembleia Municipal de Oeiras vir falar da questão do Serviço Nacional de Saúde, o Governo anterior era bom, o Governo atual é mau, não é para aqui. Agora, eu esperava era que o Senhor Deputado falasse do Serviço Nacional de Saúde em Oeiras. Em Oeiras, e dissesse o que é que está mal nos centros de saúde de Oeiras, o que é que não funciona no Serviço Nacional de Saúde local. Porque, na realidade, a Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental vai de Cascais a Campo de Ourique. Vejam bem, se não forem os municípios a tratar, a acompanhar e a estabelecer esta proximidade do Serviço Nacional de Saúde das populações, eu pergunto, qual é a vantagem da gestão de uma área com esta dimensão? E isto foi obra do Partido Socialista, foi obra do Governo socialista. Criar esta..., chamam-lhe Unidades Locais de Saúde, põem-lhe “local” que não tem nada a ver com “local”. Misturam centros de saúde com hospitais, com tudo, isto é um caos. E fizeram isto, vejam bem, teoricamente, para poupar nos ordenados da administração dos hospitais. Pronto, pouparam algum dinheiro nas administrações, mas, quer dizer, milhares de milhões são injetados no Serviço Regional de Saúde é na gestão, na parte da gestão, exatamente onde se podia poupar dinheiro. Na realidade, bons gestores podem poupar muito dinheiro no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde. Mas não. “Unidade Local de Saúde”, eu fico sempre perplexo quando ouço falar nas Unidades Locais de Saúde. Não têm nada a ver com local, são unidades mastodônticas onde estão envolvidos uma quantidade de hospitais, dezenas e dezenas de centros de saúde, portanto, a proximidade é dada pelos municípios. Mas quer dizer, mas eu estou a falar do local, não sei se estão a ver. -----

-----Agora, os senhores deputados vêm para aqui falar dos partidos a nível nacional, do Governo um, do Governo outro, etc., etc., tenham paciência, baixem à realidade, baixem à terra e debrucemo-nos sobre os problemas de Oeiras. Mas na realidade, parece que sou só eu a suscitar os problemas de Oeiras. Na realidade, vocês não suscitam porque não conhecem isto, não é? Realmente, não conhecem a realidade e então, às vezes veem um buraco, agarram-se ao buraco. Em vez de se agararem à estrada, agarram-se ao buraco. Veem um problema qualquer numa escola e tal, é a escola em vez de se agararem ao sistema escolar. Porque, na realidade, é preciso pedalar, é preciso palmilhar as ruas, é preciso falar com as pessoas. Não basta dizer aqui para o público “Ah, nós queremos a participação cidadã”. A participação cidadã começa em nós próprios, em falarmos com as pessoas, em termos capacidade para as ouvir. Mas não é só para as ouvir naquilo que é conveniente, é para as ouvir em tudo. E não é para lhes dar sempre razão, como aconteceu há dias na última Assembleia Municipal, é hilariante. É hilariante. Na última Assembleia Municipal veio aqui uma munícipe... E, depois, vejam bem a tática que é usada aqui por certos partidos políticos, a Câmara Municipal, o Executivo trata sempre mal os municípios. Isto é, estes senhores acham que um cidadão qualquer chega aqui, insulta o Presidente da Câmara, insulta o Vereador em seu lugar, e nós temos que ficar calados. Isto não é Democracia. O contraditório é fundamental. Mas as pessoas não podem ser ofendidas, demo-nos todos ao respeito, é fundamental que haja respeito. Ora bem, essa senhora veio aqui, fez as considerações que tinha a fazer e foi aplaudida por todos os partidos da oposição aqui. Dizendo até que tinha sido maltratada pelo Vereador Pedro Patacho que chamou a atenção, realmente dizendo que aquela intervenção era um bocado suspeita, visto que era uma pessoa que fazia parte da lista da União de Freguesias de Oeiras e Algés, e não fez outra coisa senão vir aqui atacar o Presidente da União de Freguesias. Não é para isso que este espaço é. Este espaço é para pôr problemas e não para atacar as pessoas. Nós temos, aí está, nós temos que nos contextualizar. Temos que nos contextualizar e, portanto, sou eu, vejam bem, eu é que faço o apelo..., os senhores estão todos a criticar, e sou eu que faço apelo



Luz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para que vocês ganhem mais uns votos, para que sejam serenos, para que sejam capazes de trazer aqui problemas reais do Concelho, do território, e não transformar a política em chicana, em maledicência. É importante, as pessoas levam a sério isto, mas para levarem a sério, é preciso que nós também sejamos sérios na relação que temos com as pessoas. Não é chegar aqui e apenas fazer chicana e dizer mal. A crítica, tudo bem, é positiva, agora, não é exagerar. Na realidade, a imagem que nós transmitimos muitas vezes para a opinião pública realmente é má. E não é pelo facto de darmos sempre razão ao cidadão, nós não temos que dar sempre razão ao cidadão. Nós temos de dar razão quando a tem. Quando não a tem não lha podemos dar. É por isso que eu ganho eleições, eu ganho eleições por isso, e os senhores perdem-nas. Porque é que eu ganho eleições? Porque quando o cidadão vem ter comigo e me pede qualquer coisa que a Câmara não pode dar, eu digo “não, não é possível”. Tenho que dizer a verdade. O problema é que a maior parte dos políticos mentem, e mais tarde ou mais cedo são descobertos. Eu garanto-vos: eu nunca minto. Não, não, eu nunca minto. E quando mentir, confrontem-me. Quando eu disser uma mentira, confrontem-me. Têm aí um boletim, alguns dirão: “propaganda”. Oeiras verde, Oeiras cidade verde e azul. Digam-me lá se lá está alguma mentira nesse boletim? Se está lá alguma fotografia de algum jardim que não existe? Se está lá alguma fotografia de um jardim que seja ficção? Portanto, eu fazia aqui um apelo às senhoras e senhores deputados: preocupem-se com o nosso Concelho. Preocupem-se com o nosso território, com as nossas pessoas, e não venham para aqui fazer a propaganda dos respetivos partidos a nível nacional, até por uma razão, até era compreensível há uns meses, quando houve eleições legislativas. Agora estamos em eleições locais, as eleições locais são amanhã já, são rapidamente. Isto o tempo voa, para vocês parece-vos muito tempo, parece muito tempo porque até deve ser um sacrifício, nunca mais há eleições, que é para ver não sei quê e tal. Mas pronto, mas podem-se divertir fazendo sondagens, por exemplo. Façam sondagens e em função das sondagens, vocês podem continuar a trabalhar. E ao menos as sondagens têm uma grande vantagem. Não é sondagem a ver em quem é que votam, é: qual é o

grau de satisfação dos cidadãos? O que é que falta a Oeiras? O que é que os cidadãos precisam? Então, nessa altura, vocês vêm aqui à Assembleia e fazem intervenções dizendo, “olhem, os cidadãos queixam-se muito da mobilidade”; “os cidadãos acham que na área da saúde era preciso mais um centro de saúde”; “os cidadãos não sei quê, tal, tal, tal”. Até hoje ninguém quis anunciar o hospital, vou anunciar-lo hoje, já que estamos então em campanha eleitoral: vamos ter um hospital em Oeiras, vejam bem. Uma das promessas eleitorais que eu vou fazer no meu programa eleitoral, vai ser um grande hospital, um grande hospital aqui em Oeiras. O hospital da zona ocidental de Lisboa, juntando o São Francisco Xavier, o Santa Cruz, o não sei que mais, tal, tal, um hospital extraordinário que vai ser na Avenida do Futuro. Como os senhores não conhecem Oeiras, não têm a mínima ideia do que é a Avenida do Futuro. Na próxima Assembleia perguntam-me, -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado (deverá querer dizer “Presidente”).” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Defesa da honra. Senhor Presidente, defesa da honra.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Só um bocadinho. Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), o Senhor já passou o seu tempo.” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente...” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Eu vou-lhe dar um minuto, mas só um minuto mesmo.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, a defesa da honra tem de ser feita logo a seguir.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----



61

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Está bem, já faz, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).” -----

3.15. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, é só aqui uma situação que foi aqui alegada pelo Doutor Isaltino que não condiz com a verdade. Quando um cidadão intervém naquela mesa não tem direito ao contraditório, e quando o Doutor Isaltino estava a falar, dava ideia que o cidadão vem aqui intervir que, todavia, depois de intervir, tem ainda o direito de questionar alguma questão que seja aqui colocada, mas não tem. Portanto, não há Democracia perante os cidadãos que se sentam naquela cadeira. As pessoas falam, saem, aqui podem ser achincalhadas e não voltam a abrir a boca. Portanto, se houvesse Democracia, as pessoas tinham direito ao contraditório e não há contraditório. É só isso.” -----

3.16. O Senhor Presidente da A.M., em exercício, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), eu vou ler o artigo cinquenta e quatro que diz “reações contra ofensas à honra e consideração”. Peço silêncio, por favor. -----

----- Um. “Sempre que um deputado municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas na sua honra ou consideração, pode, para defender-se, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.” -----

----- Dois. “O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.” Não diz que tem de ser imediatamente. Mas acha que foi desonrada pelo Senhor Presidente?” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Com certeza, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Faça favor, tem a palavra então.” -----

3.17. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção em Defesa

da Honra:-----

-----“Muito obrigada. Sim, claramente, não é, Senhor Presidente? Quando alguém profere afirmações...”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Peço silêncio, se faz favor. Peço silêncio.”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Quando alguém profere afirmações indicando que um deputado o que diz é noventa e nove por cento mentira, claro que está a ofender a honra, não é? Parece-me a mim óbvio. -----

-----Senhor Presidente, queria começar por lhe pedir que encaminhe a todos os deputados desta Assembleia os resultados da auditoria que demonstram que não só esta Deputada não está a mentir, como diz afirmações que estão na auditoria. Estão na auditoria e a minha defesa, o que eu tenho a dizer é que na auditoria consta que não foram escolhidos os procedimentos certos; que foram, de facto, compradas as mercearias, mas que, ao mesmo tempo, não foi consultado, por exemplo, como o Senhor Presidente da Junta cá disse há meses atrás, que tinham sido consultadas várias entidades e que tinha sido adquirido o produto à entidade com o preço mais baixo. Isso não foi feito. Em vez disso, foram comprados os produtos no Pingo Doce, sabe-se lá se para obter os pontos, que depois foram utilizados para abastecer carros privados ao fim de semana em Vilamoura, em Caldas da Rainha, etc. Portanto, nós não temos nada contra o fornecimento de bens às pessoas que passam dificuldades, que têm fome em Oeiras. Eu acredito que nesta Assembleia ninguém seja contra isso, obviamente. A questão é tudo o que está por trás e que é, de facto, pode constituir, de facto, mau uso de dinheiro público. Pode-se fazer contratação, adjudicação dos serviços às entidades que fazem o preço mais baixo e isso, de facto, não era feito. -----

-----Portanto, ainda bem que mudaram procedimentos, ainda bem que esta auditoria demonstrou fragilidades e que demonstra, mais uma vez, que aquilo que eu estou a dizer aqui não



CK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é mentira e todos os deputados..." -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, perguntou o seguinte:-----

----- "Onde é que está a defesa da honra?"-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- "Senhor Presidente, posso terminar a minha defesa da honra? O Senhor Presidente ainda não percebeu que ao atacar a minha honra dá-me três minutos de intervenção? Muito obrigada." -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, perguntou o seguinte:-----

----- "Senhora Deputada, peço desculpa, já passou os três minutos, Senhora Deputada. Obrigado." -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, perguntou o seguinte:-----

----- "Mas quê, desculpe?"-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, perguntou o seguinte:-----

----- "Mais algum dos senhores deputados? Faça favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS)."-----

3.18. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) observou o seguinte:-----

----- "Senhor Presidente, muito obrigado."-----

----- Eu queria lhe pedir o favor, eu vou-lhe entregar o texto impresso da minha declaração e queria lhe pedir o favor que o entregasse ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que ouviu, com certeza mal, ou sopraram-lhe mal aquilo que foi a minha intervenção. Portanto, eu farei entregar ao Senhor Presidente, para que faça entregar ao Senhor Presidente da Câmara a minha

declaração. -----

----- E queria terminar constatando que se percebe como os tempos mudam, as vontades mudam e o que acordos com partidos e movimentos obrigam. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Não havendo intervenções, dou então por terminado o Período Antes da Ordem do Dia e passamos à nossa Ordem de Trabalhos, à nossa Ordem do Dia. O Senhor Presidente quer falar?”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Em defesa da honra. Eu não ouvi a intervenção do Senhor Deputado Jorge Rato (PS).”

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Faça favor, Senhor Presidente. Ainda tem alguns minutos.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente ao hospital, já agora, quero lhes dizer, benefício...” -----

----- **Alguém intervém, mas dado que o faz com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Desculpe, o hospital, falou no hospital, acordos dos partidos, não sei que mais, insinuou aí qualquer coisa. Quero lhe dizer que esta ideia do hospital... que disse que o hospital tinha a ver com acordos, partidos políticos... Não disse isso agora nessa intervenção?”-----

----- **O Senhor Vereador Pedro Patacho interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **Várias pessoas intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado,**



42

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não foi possível transcrever o que foi dito.

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Peço silêncio, não há diálogo...”

O Senhor Presidente da C.M.O. concluiu dizendo o seguinte:

“Este processo começou ainda o Partido Socialista estava no Governo. Fica a saber.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Terminou, Senhor Presidente? Muito obrigado.”

Passamos então ao Período da Ordem do Dia com o ponto um.”

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte:

“Senhor Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa, por favor.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, perguntou o seguinte:

“Um Ponto de Ordem?”

A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:

“Este ponto um, esta proposta que vamos apreciar agora no ponto um, está ligada com o ponto número três, O parecer que foi elaborado na Comissão de Economia trata, no mesmo parecer, as duas propostas de deliberação. E, portanto, eu poria à consideração da Mesa discutirmos os dois pontos em simultâneo, uma vez que isso nos faria aproveitar melhor o tempo e faria com que as intervenções tivessem mais sentido.”

Muito obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado pelo seu ponto à Mesa. Os senhores deputados estão de acordo? Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV), pediu a palavra? Sobre esta proposta da Deputada Sónia Gonçalves (PSD) estamos todos de acordo então, não é? Então vamos discutir o ponto um e o

ponto três em conjunto.” -----

4.1. Apreciação da Proposta CMO N.º 478/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Relatório de Execução do 4.º Trimestre de 2024 e Relatório e Contas 2024 (Os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----**APRECIADA -----**

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 597/2025 – GMA – relativa à Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. – Transferência Financeira por Resultado Líquido Negativo no exercício de 2024 (Os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) pediu a palavra? Tem a palavra, faça favor.” -----

-----**O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Obrigado, Senhor Presidente em exercício. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

-----Em face do Relatório e Contas da Oeiras Viva referente a dois mil e vinte e quatro, constata-se que a atual administração e os colaboradores têm vindo a desenvolver um trabalho que vem permitindo resultados conhecidos com a introdução de novas dinâmicas, traduzidas numa consequente qualidade na atividade da empresa.-----

-----Esta atividade, que passa pelo desporto, a cultura, o lazer, o turismo, revela uma pluralidade nestas áreas de atuação na prestação de serviços, bem como na responsabilidade social, fruto do apoio que é prestado pela Oeiras Viva. O trabalho desenvolvido revela o foco da administração em dar continuidade à reestruturação global da empresa, tendo em conta as especificidades de cada setor, a fim de tornar mais eficiente a prestação de serviços



LQ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disponibilizando os mais variados equipamentos aos cidadãos. -----

----- As inúmeras atividades permanentes ou sazonais levam por vezes a que surjam dificuldades com impacto económico-financeiro que são, obviamente, contornadas com atos de gestão assertivos para que esse impacto seja menorizado. É essa proatividade direcionada para a gestão e para o leque das atividades que se vai construindo a normalidade da empresa, dando cumprimento aos contratos-programa não só nos equipamentos, mas também na vertente social. -

----- Por outro lado, os contratos de gestão com o seu cumprimento dão execução às orientações estratégicas para a prossecução dos objetivos, nomeadamente no âmbito do objeto social da Oeiras Viva. Isto define a colaboração institucional entre o acionista e a empresa municipal no que respeita à sua atividade nas diversas áreas. -----

----- Por fim, uma breve análise económico-financeira, nomeadamente em relação aos diversos indicadores deste Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro. A Oeiras Viva apresenta um resultado líquido negativo na ordem dos noventa mil euros, resultado este essencialmente relacionado com a atividade operacional da empresa. No entanto, verificamos que os restantes indicadores, apesar de alguma variação negativa, mantêm estabilidade, nomeadamente em relação à autonomia financeira, à solvabilidade e à liquidez. -----

----- Podemos concluir que a Oeiras Viva vem realizando intervenções de reabilitação de infraestruturas e equipamentos, para além do crescimento de outros gastos. Logicamente, esta situação repercutiu-se no desempenho da Oeiras Viva, embora sem consequências no seu equilíbrio financeiro e na sua atividade da empresa. -----

----- Obrigado.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), tem a palavra.” -----

----- A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, Senhor Presidente e Executivo, senhoras e senhores deputados. -

-----A análise do Relatório de Execução do quarto Trimestre de dois mil e vinte e quatro e do Relatório e Contas de vinte e quatro da Oeiras Viva, é o espelho da falta de investimento do Executivo Municipal, demonstrando que não é uma opção estratégica e uma prioridade na política do Executivo, ou como eufemisticamente é assumido pelo Município que “o contrato-programa tem em conta o critério do “déficit de exploração””, sistema que tem vindo a ser seguido ao longo dos anos e que se tem revelado gerador de constrangimentos ao desenvolvimento da Oeiras Viva como uma empresa dinâmica, moderna e qualificada para a prestação dos serviços que foram delegados para benefício dos oeirenses. -----

-----A título de exemplo, aquando da discussão do contrato-programa para dois mil e vinte e cinco, o Partido Socialista apontou o dedo à questão de fundo, que resulta da opção política do Município quanto ao montante efetivo do subsídio à exploração constante do contrato-programa, visto não cobrir o diferencial entre o custo real e os preços sociais praticados na exploração dos equipamentos desportivos, conforme exigido pelas competências delegadas do Município na Oeiras Viva, bem como pela gestão dos Postos de Turismo municipais, cuja competência é da responsabilidade do Município. -----

-----Facto atestado pelo Fiscal Único, que contabiliza em cerca de um ponto três milhões de euros o diferencial entre o valor efetivo dos serviços prestados e o valor social cobrado. Ou seja, querem-se boas omeletes, mas com metade dos ovos disponíveis. -----

-----Não se estranha, pois, que no quadro das opções políticas que têm vindo a determinar a subvalorização do subsídio à exploração através do contrato-programa, o desempenho financeiro de dois mil e vinte e quatro da Oeiras Viva revele uma clara erosão dos resultados operacionais, com uma quebra significativa dos principais indicadores económico-financeiros da empresa.-----

-----Veja-se que o aumento das receitas não consegue acompanhar uma subida expressiva das despesas, que cresceram seiscentos e dezassete milhões de euros (deverá querer dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seiscentos e dezassete mil euros), praticamente o valor do contrato-programa, em relação a dois mil e vinte e três, com especial incidência nas rubricas de honorários e da energia elétrica.

----- É preciso saber o que está posto em causa:

----- A transformação digital ao nível dos serviços e da Gestão de Equipamentos Desportivos, renovação do parque informático bem como novas licenças do Microsoft três seis cinco;

----- Os Sistemas de comunicação;

----- A manutenção e requalificação dos equipamentos e sustentabilidade ambiental;

----- A qualificação e valorização dos trabalhadores;

----- O aumento generalizado dos honorários.

----- Apesar dos resultados negativos, a Oeiras Viva demonstrou que tem capacidade de gerar rendimentos de forma autónoma, doze por cento acima de dois mil e vinte e três.

----- Como o valor do contrato-programa se mantém praticamente nos mesmos valores, num quadro de aumento generalizado de preços no mercado de prestação de serviços e dos consumos de energia, não se estranha que, do ponto de vista dos rácios, a rentabilidade dos capitais próprios tenha sofrido uma descida acentuada de vinte e um ponto trinta e dois, em dois mil e vinte e três para menos sete ponto noventa e um, em dois mil e vinte e quatro.

----- A Oeiras Viva não tem de estar condenada a viver de mão estendida.

----- É tempo de o Executivo Municipal acordar para o século XXI, e dotar a Oeiras Viva dos meios para a sua modernização, e exigir resultados de acordo com os meios alocados.

----- Disse.”

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:

----- “Muito obrigado.

----- Peço desculpa, estava aqui a tratar de um assunto.

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH). ”

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, enquanto membro de um órgão de fiscalização temos aqui a mencionar, enquanto Partido Chega, que a administração da Oeiras Viva distingue-se pelo esforço demonstrado, o qual se materializa em trabalho efetivo, definição clara de objetivos e pelo mérito.

-----Há cerca de um ano pude aqui questionar o Doutor Bruno Mouco relativamente à adoção de medidas do domínio da segurança digital, e vejo neste relatório que foi implementada a diretiva europeia do NIS dois, a qual, todavia reforça o reforço da resiliência da estrutura digital da Oeiras Viva contra eventuais ciberataques. Esta iniciativa, além de oportuna, apresenta um claro sinal do progresso e responsabilidade institucional, optando-se pela devolução... evolução e não pela estagnação.-----

-----No que diz respeito ao contencioso, verifica-se aqui duas ações com mais de dez anos que, todavia, vão ser, vão transitar em julgado, ainda por cima nem fazem parte da atual administração.-----

-----No plano financeiro destaca-se também aqui, portanto, umas garantias prestadas dentro do... verificáveis no mapa de centralização de dados do Banco de Portugal a favor da Direção-Geral do Tesouro e Finanças que está justificado.-----

-----Cabe-nos a nós, como oposição responsável e justa, reconhecer o mérito da Oeiras Viva tendo presente o superior interesse dos municíipes em Oeiras.-----

-----Quanto à análise jurídico-constitucional, em termos jurídicos e tendo presente sermos o órgão de fiscalização municipal, reitero, verificam-se critérios de legalidade nestes relatórios, eficiência, responsabilidade e boa gestão pública, nos termos do artigo duzentos e sessenta e seis da Constituição da República Portuguesa.-----

-----Uma particularidade que eu quero aqui mencionar que, perante uma análise procedural, o resultado líquido negativo do exercício de dois mil e vinte e quatro, poderá induzir aqui em erro quanto à sua gestão, uma vez que este valor é consequência direta de uma



14

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

decisão administrativa imputável à Câmara Municipal de Oeiras que procedeu à redução contratual do acordo in house. Essa decisão que teve impacto financeiro imediato, sem que evidenciem deficiências da gestão nem requisitos legais.

----- A Oeiras Viva manteve assim a sua atividade estável e citou medidas de modernização relevantes, demonstrando capacidade de gestão, racionalização de meios e orientação para resultados.

----- Quero saudar o Doutor Rui Mourinha e a sua administração pelos resultados.
----- Disse.”

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:
----- “Obrigado, Senhor Deputado.”

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), tem a palavra.”
----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:

----- “Obrigada, Senhor Presidente, em exercício. Cumprimento todos os presentes na sua pessoa, bem como todos aqueles que não se encontram aqui de forma presencial.”

----- Quanto ao Relatório de Execução do quarto Trimestre e Relatório de Contas de dois mil e vinte e quatro, quero dizer que lemos as mais de cem páginas. É um bonito orçamento, recheado de gráficos coloridos, slogans como: “Damos ritmo à vida”, certificações e hashtags de sustentabilidade.

----- Mas, afinal, o que é a Oeiras Viva? É uma empresa detida a cem por cento pelo Município de Oeiras e gere equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

----- Com um resultado líquido negativo de noventa mil euros em dois mil e vinte e quatro, mas não faz mal, porque a Câmara paga, paga com o dinheiro de todos nós.

----- Se o número de equipamentos pode ser uma causa para a existência da Oeiras Viva, onde estão os seus ganhos de eficiência? De inovação? De autonomia?

----- Não há avaliação independente de impacto, não há indicadores de desempenho que

permitam aferir a eficácia da gestão. A Oeiras Viva é uma empresa que se diz moderna, digital e sustentável, mas não consegue equilibrar as contas, depende do erário público. Tem um parque de máquinas obsoleto, porque, cito: “não houve manutenção entre dois mil e treze e dois mil e vinte e dois.”-----

-----Por que razão, apesar de um aumento de dez por cento no volume de negócios e de doze por cento na prestação de serviços, o resultado líquido caiu cento e trinta e quatro por cento? Onde está o desequilíbrio estrutural que impede a empresa de transformar crescimento em sustentabilidade? Como se explica o aumento de cento e sessenta mil euros, nos custos com pessoal, um acréscimo de nove por cento? Quando o relatório indica apenas a criação líquida de um único posto de trabalho. Este aumento resulta de uma aposta na melhoria das qualificações dos trabalhadores? A ser verdade, que impacto teve na produtividade da empresa? Porque olhando para os resultados líquidos, esse impacto não é visível. E será sustentável face ao resultado líquido?

-----Os gastos totais aumentaram quinze por cento, ultrapassando o crescimento dos rendimentos que foi na casa dos sete por cento. A Oeiras Viva beneficiou de um subsídio à exploração no valor de cerca de seiscentos e sessenta mil euros, o que significa que sem este apoio, o prejuízo seria muito maior. A empresa depende estruturalmente deste financiamento, o que contraria o princípio da autonomia financeira e perpetua uma lógica de subsidação sem responsabilização. -----

-----Há um desvio da missão e expansão de atividades, sem clareza estratégica. A Oeiras Viva também organiza eventos, promove turismo e comercializa vinho. Esta dispersão de funções demonstra um desnorte quanto ao foco estratégico da empresa e a sua coerência com o interesse público. A Oeiras Viva não deve ser um braço armado das políticas eleitoralistas do Executivo, sem transparência suficiente, sem resultados sustentáveis e sem uma estratégia clara de criação de valor público. -----

-----Já aqui temos referido várias vezes, e nunca é demais fazê-lo, a Iniciativa Liberal



66

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

defende que o Estado deve focar-se nas áreas essenciais. A Administração Pública deve ser eficiente, transparente e focada nos resultados...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, já lá vai quase um minuto.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Desculpe, são duas...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** referiu o seguinte:-----

----- “Tem razão, peço desculpa, tem razão.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Quanto à transferência financeira dos resultados líquidos negativos, a Iniciativa Liberal manifesta-se de forma clara contra a proposta de transferência de cerca de cento e catorze mil euros para a empresa municipal Oeiras Viva. -----

----- Não confundamos, defendemos a cultura e o desporto, reconhecemos o valor destas atividades que consideramos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades. O que nos recusamos a apoiar é um modelo económico que perpetua ineficiências, dependência crónica e falta de transparéncia, e onde os prejuízos são sistematicamente absorvidos pelo Município, ou seja, por todos nós, os contribuintes. -----

----- A Oeiras Viva termina um ano com um resultado negativo e o Município paga, apesar de ter aumentado as receitas em doze por cento, mas os gastos foram superiores ao crescimento dos rendimentos. -----

----- Defendemos um novo paradigma: as atividades comerciais devem estar no domínio privado, sujeitas à concorrência, mérito e resultados. Aceitar este tipo de transferências é aceitar a desresponsabilização financeira e a ausência de resultados. Os resultados devem ser geridos com

rigor, não há gestão séria onde há défice crónico.

A Iniciativa Liberal exige que se preste contas, porque nós respeitamos quem paga, o cidadão.

Da nossa parte, contem com, como sempre defendemos: exigência, transparência e responsabilidade, e nunca votos automáticos ou silêncio confortável.

Obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhora Deputada.

Mais uma vez peço desculpa..., mas verifico com gáudio que estavam todos atentos a esta situação.

Tem a palavra a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).

A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:

“Obrigada, Senhor Presidente em exercício.

A análise do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro da Oeiras Viva permite-nos constatar uma realidade com dois lados distintos: por um lado, o reforço da atividade em diversos equipamentos e o crescimento do volume de negócios e, por outro a degradação do resultado operacional e o inevitável encerramento do exercício com resultado líquido negativo.

A empresa municipal registou, em dois mil e vinte e quatro, o aumento das receitas impulsionado por uma maior utilização dos equipamentos desportivos e culturais. No entanto, este aumento foi absorvido por uma subida expressiva dos custos operacionais, com especial incidência nos fornecimentos e serviços externos onde se destacam os gastos com eletricidade e honorários e nos custos com pessoal, que também aumentaram.

O resultado líquido negativo de cerca de noventa mil euros traduz uma quebra significativa face ao lucro de dois mil e vinte e três, e exige nos termos legais uma resposta imediata do Município, enquanto único acionista da empresa.



CC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Assim, e em cumprimento do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, foi deliberada a realização de uma transferência financeira, no montante de cento e treze mil euros, cerca de cento e treze mil, correspondente ao resultado antes de imposto negativo apurado. Traduz-se... Trata-se de uma obrigação legal que visa a reposição do equilíbrio financeiro da empresa, e que sendo ignorada, acarretaria consequências diretas para a contabilidade do Município, designadamente através da imputação do endividamento líquido da Oeiras Viva às contas municipais. -----

----- A Comissão de Economia analisou com detalhe os documentos apresentados, bem como os pareceres do Fiscal Único e do Auditor Externo, ambos favoráveis e sem reservas. -----

----- Do ponto de vista formal, não há dúvidas quanto à correção e à fiabilidade da informação financeira, contudo, do ponto de vista da substância da gestão, é necessário reconhecer que os resultados operacionais refletem uma pressão crescente sobre a estrutura de custos num contexto de aumento da atividade, mas sem a devida compensação em termos de eficiência e contenção. A Comissão identificou ainda a persistência de algumas lacunas, designadamente na ausência de métricas objetivas que permitam avaliar o impacto das atividades realizadas junto do público. Esta ausência dificulta a prestação pública de contas e a aferição da utilidade social da atuação da empresa. Importa também referir que, não obstante do resultado negativo, a Oeiras Viva mantém rácios financeiros globalmente equilibrados, liquidez, solvabilidade e autonomia financeira, continua a apresentar valores positivos, o que revela uma estrutura empresarial ainda robusta. -----

----- Assim, reforçamos a importância de uma gestão prudente e mais rigorosa. A Oeiras Viva deve ser capaz de manter o seu papel central na dinamização da vida desportiva, cultural e de lazer no Concelho, mas precisa simultaneamente de garantir sustentabilidade económica e rigor financeiro. Recomendamos, por isso, que se reforce o controlo dos custos operacionais, sobretudo nas rubricas mais críticas, que se melhore a apresentação do Relatório e Contas, tornando-o mais

claro, objetivo e orientado para os resultados – como, aliás, já vem sendo dito pela Comissão relativamente a outros Relatórios e Contas dos anos anteriores – e, sobretudo que se desenvolvam mecanismos de avaliação de impacto para que possamos medir o retorno social, económico e institucional da atividade desenvolvida com dinheiros públicos.

O Município deve continuar a apoiar as suas empresas, mas com a exigência, transparência e foco na sua eficiência.

Muito obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).

A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:

“Boa tarde, novamente.

Desnorte, a Iniciativa Liberal defende a cultura? Defende o desporto? Não acredito.

A Iniciativa Liberal já visitou a Oeiras Viva? Já visitou as suas instalações? Não me parece.

A Oeiras Viva é uma empresa municipal que faz a gestão de equipamentos municipais desportivos, presta serviços nas áreas da cultura, da atividade física, do desporto, do lazer, dos tempos livres, animação cultural e promoção turística. Faz a gestão da Marina de Oeiras, da Piscina Oceânica, do Porto de Recreio de Oeiras. Garante a excelência das instalações e equipamentos sob a sua gestão. Assume-se como uma das mais importantes empresas municipais em Portugal, com as suas boas práticas internacionais, valorizando desportivamente, turisticamente e culturalmente o Concelho de Oeiras.

A Oeiras Viva é, pois, uma excelente empresa municipal que tem profissionalismo, excelência e compromisso.

Parabéns à Oeiras Viva na pessoa do Senhor Presidente Doutor Rui Mourinha.



16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).-----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhor Presidente, há que “separar aqui o trigo do joio”. Nós, como Partido Chega, temos uma filosofia que é esta: quando se faz bem, logicamente, tem que haver mérito, porque devemos governar para o povo, quando se faz mal deve haver uma crítica construtiva. Ali a Extrema-Esquerda, quer se faça bem ou mal é sempre a falar mal. Aqui a IL, logicamente há atividades que valem mais do que o dinheiro, que é o lazer. E a Oeiras Viva é uma entidade que eu conheço, já fui visitar mais que uma vez, como também já fui visitar quase todas as entidades deste Concelho, pelo menos aquelas que me quiseram receber, e posso dizer que fiquei muito sensibilizado, desde com a vela, desde crianças dos bairros carenciados a usufruírem da piscina municipal gratuitamente, desde o acolhimento dos funcionários... E, portanto, nós temos que “separar aqui o trigo do joio”, e temos que perceber uma coisa: é que nós estamos todos no Planeta Terra, aqui não há um Planeta A, B ou C, e, quando se faz bem é para benefício de todos nós. E quando eu vejo aqui esta injustiça, e a Iniciativa Liberal estava aqui a falar deste buraco financeiro, e não sei quê, tem que ler o acordo in house, para perceber onde é que surge este buraco, que não é também um buraco assim também tão transcendental.-----

----- Como também é preciso perceber, e está confirmado neste Relatório, que, e vou citar: “A implementação de um novo sistema de gestão documental com efeitos positivos na organização interna e na segurança administrativa.”, portanto, isto é um requisito fundamental de uma empresa, “A informação e melhoria dos sistemas de gestão desportiva, abrangendo piscinas, pavilhões e a Escola de Vela”. Portanto, está aqui muito trabalho feito, “o esforço da sustentabilidade ambiental e a valorização do capital humano de acordo com os princípios legais de equidade e de justiça

laboral”. Quer dizer, uma pessoa vê isto e ouve aqui todo este bota abaixo, eu acho que é injusto.

-----E, portanto, eu mais uma vez quero dizer: se há empresa municipal que trabalhe bem, sendo que talvez seja a única que trabalhe bem, é a Oeiras Viva. E aqui, nós Partido Chega, temos que honrar. -----

-----Muito obrigado. E fazer justiça.-----

-----Obrigado.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:**-----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO).”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:**-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

-----Eu nem ia intervir neste ponto, até porque acho que algumas das intervenções iniciais, nomeadamente aqui a intervenção da Senhora Deputada Maria de Fátima Filipe, do Partido Socialista, em relação à empresa, e à realidade da empresa, foram bastante completas e eu poderia subscrever a quase totalidade desta intervenção.-----

-----Mas depois das intervenções da Extrema-Direita populista do Chega, e da Direita Radical motosserrista da Iniciativa Liberal, eu tinha de dizer qualquer coisa.-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), hoje vem para aqui, parece que está a competir com o IN-OV, em relação a quem é que diz mais vezes a expressão “Extrema-Esquerda”. O Senhor Deputado, manda a pedra “Extrema-Esquerda, Extrema-Esquerda...”, e depois mete a auréola e vai ali acima fazer-se ao pelouro já, o Chega já se está a fazer ao pelouro, e pedir só mais uma oportunidade para o candidato Pedro Frazão, já lhe deram a oportunidade em Santarém, abandonou-a, deram-lhe uma oportunidade pelo Distrito de Aveiro agora nas legislativas, parece que afinal quer mesmo, mesmo, mesmo é uma oportunidade aqui em Oeiras, e, portanto, tem de concorrer à Câmara de Oeiras... Senhor Deputado, essa postura é um bocadinho de quem bate na



UR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Extrema-Esquerda e depois mete auréola e vai ali acima “por favor, deem-me um pelourozinho”, não sei se lhe vai correr muito bem.-----

----- Em relação à Direita Radical motosserrista, a que a Iniciativa Liberal nos tem vindo a habituar cada vez mais, deve ser também o aproximar das eleições, a motosserra vai ficando cada vez mais potente, mas na verdade mete-me aqui numa posição um bocadinho desconfortável, eu também não concordo ali com a intervenção da Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), de que a Oeiras Viva é praticamente o paraíso na terra, não é. Não é o paraíso na Terra, tem questões, é a questão do contrato-programa, a Câmara também poderia ter feito melhor para garantir que a Oeiras Viva tem condições para exercer a sua atividade. Há questões a melhorar na Oeiras Viva, acho que nem tanto ao mar nem tanto à terra. Mas a intervenção da Iniciativa Liberal chocou-me, porque Senhora Deputada, se nós estivéssemos a falar não de uma empresa municipal que gere pavilhões municipais, equipamentos desportivos, que faz aqui um serviço social em nome da Câmara... Se a Câmara tivesse externalizado isto para uma empresa privada, com todos os problemas que tivesse também, que também teria muitos problemas, a Senhora Deputada não estava aqui a criticar, estava a bater palminhas, ou nem falava no assunto, porque como está no privado e como isto deve ser domínio do privado, pode ter todos os problemas do mundo. Para a Iniciativa Liberal, privado – bom, público – mau. A política da Iniciativa Liberal, resume-se assim, privado – bom, público – mau. Só que isso não é verdade, Senhora Deputada, isso não é verdade. Há serviços que têm de ser prestados pelo público. A Senhora Deputada não pode querer que o acesso à iluminação pública seja meritocrática, a iluminação pública nunca vai dar lucro, não é suposto dar lucro, é suposto servir as pessoas, é suposto servir os cidadãos. E o Estado, desempenha um papel na área da iluminação pública – que é um exemplo que eu estou a usar para levar isto ao ridículo e ao absurdo, porque a sua posição efetivamente também está levada ao ridículo e ao absurdo, mas na área da gestão de equipamentos desportivos e culturais. Claro que o Estado, claro que o Estado a nível local também tem um papel a desempenhar, e deve desempenhar

esse papel. Porque se isto estivesse externalizado para empresas privadas, essas empresas privadas praticavam preços de acesso a muitos destes equipamentos desportivos e culturais inacessíveis para a maior parte das pessoas, por muito meritocrático que fosse. -----

-----Portanto, Senhora Deputada, do ponto de vista do princípio, esta política motosserrista da Iniciativa Liberal levava-nos para um mundo em que eu, pelo menos, não gostava de viver, e para um país e para sim, para um Município em que eu não gostaria de viver. -----

-----Dito isto, claro que há muitas falhas na política deste Executivo, claro que também há falhas no que toca à gestão da Oeiras Viva – o Senhor Presidente está ali com um grande sorriso – eu critico a Iniciativa Liberal neste ponto e critico com toda a veemência. Elogio a Câmara, elogio a Oeiras Viva sempre que houver questões para elogiar, e acho que na gestão da Oeiras Viva, não há própria... não tenho propriamente uma grande crítica a fazer. -----

-----Agora, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem tanto à motosserra, nem auréola para pôr o pelouro, nem tanto aos parabéns. Eu acho que precisamos aqui de um bocadinho de equilíbrio na abordagem à Oeiras Viva. -----

-----E Senhora Deputada Anabela Brito (IL), a minha maior crítica nesta intervenção vai para si, desligue a motosserra e olhe para a realidade que tem à frente dos seus olhos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), tem a palavra.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente Rui Miller, Doutor Custódio, Professora Carolina, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, senhores vereadores e vereadoras, senhoras deputadas, senhores deputados, senhores presidentes de junta, estimado público e quem nos ouve. -----



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Até confesso, estou com um bocadinho de dó da minha professora Anabela Brito (IL), porque, de facto, foi uma chuva de críticas, mas não lhe apontaram a mais grave: é que a Senhora Deputada veio propor aqui uma ilegalidade, e no mínimo deve conhecer a lei do Direito das Obrigações. Quando uma empresa dá prejuízos, seja pública, seja privada, seja o que for, é obrigação do acionista cobrir. E a Senhora Deputada, veio dizer aqui que a Câmara não devia de cobrir os prejuízos – pelo menos foi isso que eu entendi, se não foi isso que quis dizer, explicou-se mal ou eu ouvi mal.-----

----- Assim como foi altamente injusta ao dizer que “deu seiscentos mil euros num contrato”, num contrato-programa, com objetivos e, como aqui foi referido por outros deputados, para cumprir objetivos concretos, metas relacionadas com a cultura, com o bem-estar, com o desporto. Portanto, vir aqui discutir o Relatório de Contas da Oeiras Viva não é um exercício burocrático, não é um jogo de guarda-livros, Senhora Deputada. É um ato político de grande relevância, porque esta empresa municipal é um pilar essencial da política pública em cultura, em desporto, em lazer, em turismo e promoção territorial.-----

----- Falamos de uma estrutura de equipamentos emblemáticos, que já foram aqui referidos, e falamos de mais de trezentas mil, eu vou repetir Senhora Deputada, trezentas mil utilizações desportivas e culturais por ano, de milhares de utentes e turistas que vivem em Oeiras como um destino... que vêm a Oeiras como um destino de excelência.-----

----- Este relatório de dois mil e vinte e quatro, e isso é que era importante no trabalho político, é um trabalho sério, exigente e planeado. Já se falou aqui na clara transformação digital: sistemas online de reservas e inscrições, software de gestão de última geração, integração automática com a Autoridade Tributária, licenciamento Microsoft três seis cinco, por aí fora, por aí fora...; -----

----- Em segundo lugar, e isto é que é importante, Senhora Deputada, é que a Senhora Deputada confunde despesa com investimento, e eu falo da área da manutenção e sustentabilidade.

É que grande parte dos pavilhões e das instalações da Oeiras Viva pertencem a escolas, pertenciam ao Ministério da Educação. E em dois mil vinte e quatro, o investimento aumentou cento e oitenta e oito por cento, quase duplicou face a dois mil e vinte e três. Foram mais de duas mil e cem intervenções em equipamentos que há anos, efetivamente é verdade, aí dou-lhe a razão, tinham essa carência de manutenção preventiva. E está em marcha também, como se lê nos documentos, a preparação da instalação de painéis fotovoltaicos, que aliás é uma prática e uma política guia no nosso Município, ou seja, cuidar do património público, reduzir custos energéticos, garantir segurança e conforto aos utentes.

Outra questão de que a Iniciativa Liberal se costuma esquecer muito é o capital humano, é as pessoas, olha para o dinheiro e olha pouco para as pessoas.

Em dois mil e vinte e quatro, foram cerca de quatro mil e quinhentas horas de formação que foram dadas aos trabalhadores, quatro mil e quinhentas horas de formação. E a empresa Oeiras Viva recebeu o Selo da Igualdade Salarial do CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego). E está a caminho da certificação ISO nove mil e um, demonstrando um compromisso com a qualidade e melhoria contínua. Aliás, sublinho aqui o rigor na gestão: internalizou funções críticas como a contabilidade, para reforçar a estabilidade dos serviços.

Não podemos ignorar o impacto económico e social. A prestação de serviços do acionista subiu doze por cento. A Escola de Vela consolidou-se como a maior de Portugal, eu vou repetir, a maior de Portugal. As piscinas municipais tiveram quase quatro mil utentes, com um índice de satisfação de noventa e sete por cento, vou repetir, noventa e sete por cento. A Marina recebeu embarcações de cerca de trinta e cinco nacionalidades. O Auditório Ruy de Carvalho somou trinta e dois mil e setecentos espectadores... Tudo isto representa vida, economia, cultura, turismo e sobretudo a identidade de Oeiras.

Claro que aqui tem que se elogiar o trabalho do Conselho de Administração, o Doutor Rui Mourinho, a Doutora Zalinda Campilho e o Doutor Eduardo Baptista Correia e, acima de tudo,



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os trabalhadores da Oeiras Viva. Porque, senhores deputados, não tenham memória curta, no tempo da pandemia lembram-se dos valores e como esta empresa estava no chão.-----

----- Portanto os resultados financeiros mostram, de facto, um prejuízo, mas está explicado, Senhora Deputada, de forma transparente pela redução do contrato in house e pelo aumento de investimentos em manutenção e modernização. Portanto, é com muito orgulho, dedicação e visão, que se deve apoiar esta empresa. Aliás, Senhora Deputada, vou-lhe lembrar, não sei se está atenta às notícias, e vou usar aqui a linguagem de Jorge Jesus, o último grande exemplo que você deu de privatização, que foi a mobilidade em Setúbal... Sabe quanto é que deu à Câmara? Bola, bola. Portanto, essa ideia peregrina de que tudo o que é público é mau, e tudo o que é privado é que é bom... é um preconceito, Senhora Deputada. E a Oeiras Viva é a prova viva de que a gestão municipal é certa, em determinadas áreas, como esta.-----

----- E, para terminar, queria afirmar o seguinte: a lei não deixa margem para dúvidas. É obrigatório o Município cobrir o resultado antes de imposto negativo. É lei. Não é uma opção, é um dever. E esse dever existe porque as empresas municipais são instrumentos de política local. Não são empresas privadas que buscam lucro para acionistas. São empresas de todos e para todos.

----- Não há quem possa perguntar, mas como a Senhora pergunta: “Mas porque é que existe este resultado negativo?”. A resposta está na realidade das contas e na honestidade e transparência com que esta administração enfrenta os factos. Houve uma redução significativa no valor contratual in house, mais de cem mil euros, que foi imprevista no orçamento inicial. Mas, mesmo assim, a Oeiras Viva assumiu os compromissos previamente firmados, honrando os eventos, programas e parcerias.-----

----- Não se trata de má gestão, trata-se de uma gestão que se recusa a virar as costas aos compromissos assumidos. Que prefere assumir prejuízos a falhar com as pessoas. -----

----- Portanto, Senhora Deputada, o que aconteceu foi: digitalização de serviços, renovação do parque informático, melhoria da cibersegurança, implementação de manutenção preventiva,

crescimento do investimento, requalificado de infraestruturas, valorização dos trabalhadores com planos de formação.... e poderia ir por aí fora, mas não quero maçá-los.-----

-----São estes investimentos que criam despesas hoje, mas que asseguram poupanças amanhã. Porque quem não investe em manutenção hoje, paga em reabilitação amanhã. Foi esse o preço que tivemos que pagar por anos sem manutenção. Estamos agora a corrigir esse ciclo de adiamento, e isso tem custos, mas são custos que preparam o futuro.-----

-----Esta proposta, lembro também, foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, porque aqui não pode haver divisão política nem partidarite. Há a consciência de que esta é uma responsabilidade comum e partilhada que não pode ser adiada.-----

-----Quando aprovamos esta transferência, afirmamos que em Oeiras não deixamos cair os serviços públicos por falta de investimento, que compreendemos que a saúde financeira de uma empresa municipal é uma questão de saúde cívica e de atitude ética.-----

-----A gestão pública séria não foge das suas obrigações: assume-as, explica-as e corrige o que for preciso corrigir. E é o que estamos aqui a fazer hoje, Senhora Deputada. É isso que nos é pedido a todos, que aprovemos esta transferência.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV). -----

-----Tema a palavra a Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).”-----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Cumprimento todos os presentes, e quem assiste a esta Sessão. -----

-----A apreciação do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro da Oeiras Viva e da correspondente transferência para cobertura do resultado negativo, deve ser uma oportunidade para avaliar com rigor o papel e o desempenho desta empresa municipal no conjunto da estratégia do



(2)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Município. -----

----- Em dois mil e vinte e quatro a Oeiras Viva voltou a apresentar um resultado negativo de cerca de noventa mil euros. É verdade que este valor é inferior ao prejuízo registado no exercício anterior, o que representa alguma contenção ou ajuste na execução orçamental. Ainda assim é o segundo ano consecutivo em que se verifica um saldo negativo, obrigando a uma compensação por parte do Município como previsto na lei. -----

----- É precisamente por se tratar de uma empresa municipal com missões relevantes na área da cultura, do desporto, da animação e da dinamização do território, que importa fazer uma análise mais exigente do seu desempenho. Não basta olhar para os números finais, importa perceber o retorno efetivo da sua atividade para os munícipes, a abrangência das iniciativas promovidas, o nível de participação da comunidade e até o nível da articulação com outras entidades locais. -----

----- A redução do resultado negativo é um dado positivo, mas seria importante que em próximas prestações de contas à Assembleia pudéssemos ter acesso a indicadores de desempenho operacionais, como, por exemplo, o número de eventos e beneficiários por área de atuação, o grau de execução dos objetivos definidos no plano de atividades, a avaliação de impacto, ainda que qualitativa, das ações promovidas e custos médios por projeto desenvolvido. Só com esta informação será possível apreciar verdadeiramente se os recursos públicos estão a ser utilizados com eficiência e impacto. Acresce que a Oeiras Viva assume responsabilidades importantes em domínios que tocam diretamente a qualidade de vida da população e a projeção externa do Concelho. Nesse sentido é fundamental que a empresa não seja apenas uma estrutura executora, mas um verdadeiro instrumento estratégico com visão, planeamento e capacidade de gerar valor público. -----

----- O PAN valoriza o investimento municipal nestas áreas, mas considera essencial reforçar a avaliação crítica e construtiva da atividade das empresas municipais. A transparência e

prestação de contas... a transparência, a prestação de contas e a demonstração de impacto devem acompanhar a execução orçamental.

Obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).

Senhora Deputada Anabela Brito (IL), pediu a palavra, mas a Senhora já está mesmo no final do seu tempo, mesmo com os dois pontos em discussão. E além disso, eu vi-a a escrever muitos apontamentos...”

A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, referiu o seguinte:

“É... tem menos três. Portanto já tem três mais três, seis minutos. Eu vou-lhe dar um minuto, mas peço que seja breve apesar de eu a ter visto a tirar muitos apontamentos durante as várias intervenções. É mesmo só um minuto, esta bem? Obrigado.”

A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:

“Muito obrigada.

Começo por ficar contente por ver a camisa azul liberal do Senhor Presidente, o polo azul liberal, que acho que está muito de acordo.

Agora, queria dizer muito rapidamente aqui ao Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), que o Senhor Presidente e o IN-OV já fizeram uma coligação com o PSD, portanto, não vale a pena ele estar aqui a esforçar-se, porque presumo que isso já esteja fechado, quem é que vai concorrer com o IN-OV.

Quanto ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), queria-lhe dizer o seguinte: as empresas não devem dar prejuízo. Dessa forma a Câmara não tem que transferir... As empresas sim, podem trabalhar a parte social, mas não é suposto darem prejuízo. E aconselho-o a ouvir as



45

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

palavras do Senhor Presidente Isaltino Morais, que disse exatamente isso: “que as empresas públicas não devem dar prejuízo...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Anabela Brito (IL), eu peço que termine, já passou. Não devia ter gastado o seu tempo em gravatas...” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Só para terminar...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Não, não é para terminar não. Desculpe, acabou... Não tivesse gasto o seu tempo em gravatas e em camisas, que tinha falado um bocadinho mais.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito bem. -----

----- “Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor. Tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Só para agradecer os documentos que nos foram apresentados, os relatórios, e deixar aqui uma pequena sugestão à Oeiras Viva, que já aqui também foi referenciada, que tem a ver com a Escola de Vela da Oeiras Viva. De facto, é fantástico haver esta escola. Eu tive a oportunidade de assistir, na quinta-feira, a uma saída na estofa da maré, de muitas embarcações que navegavam, de facto, em segurança. Mas, na minha perspetiva falta, se acharem que falta naturalmente, um manualzinho de procedimentos em rotina e emergência, que aquelas embarcações, os utentes daquelas embarcações, os monitores, os pais e os bombeiros deviam partilhar em conjunto. Porque,

de facto, estamos numa zona muito bonita, mas é uma zona que, de facto, quando se criam situações de corrente forte pode se tornar difícil e, de facto, os monitores têm os meios adequados para intervir. Mas eu fiquei com aquela perspetiva de que devíamos doutrinar os pais, os bombeiros, todos os utentes com um manual de procedimentos em rotina e em emergência. E se fosse possível, acrescentar aqui no nosso relatório, quando se faz menção, a dada altura, “que a atividade é exercida com rigorosos padrões de segurança, qualidade técnica e pedagógica”, evidenciar, de facto, esse documento de procedimentos normais, em atividade de rotina e em atividade de emergência, no caso de acontecer alguma necessidade de atender a alguma situação. Os miúdos às vezes viram, os monitores têm que ter a condição supletiva de atuação de retaguarda. Eu penso que isso está tudo garantido. Mas ninguém melhor do que a administração para me explicar se, de facto, está lá, e deve estar, mas podíamos e devíamos, evidenciado particularmente aos pais. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). -----

-----**Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** tem a palavra.” -----

-----**A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Relativamente à transferência, o resultado líquido negativo de noventa mil quatrocentos e três ponto oitenta e seis, da Oeiras Viva, acompanhado de um resultado antes de impostos negativo de centro e treze seiscentos e oitenta cinquenta e um, obriga, nos termos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, à realização de uma transferência financeira pelo Município, sócio exclusivo da Oeiras Viva, com vista à reposição do equilíbrio financeiro da empresa. -----

-----No ponto relativo à análise dos Resultados do quarto Trimestre e do Relatório e Contas, já foram analisados politicamente os resultados negativos, pelo que não nos alongaremos



HC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais do que o necessário na apreciação desta proposta de deliberação, que decorre das obrigações legais do Município. Acresce que o eventual não cumprimento desta obrigação legal, implicaria a imputação do endividamento líquido da empresa às contas do Município, nos termos do mencionado regime jurídico. -----

----- Finalmente, e tal como decorre do Relatório da Comissão Municipal Permanente de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local, subscrevemos a necessidade de reforçar os mecanismos de controlo e acompanhamento da execução orçamental, por forma a evitar futuras necessidades de cobertura de prejuízos por parte do Município.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada Fátima Filipe (PS).-----

----- Não tenho mais inscritos... Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre estes dois temas? -----

----- Senhor Presidente, pretende usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

----- “Sim, duas ou três notas.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e senhores deputados.-----

----- Duas ou três notas mais pedagógicas, visto que este tema não está a suscitar discussão.

----- Bom, em primeiro lugar, o azul é uma cor muito bonita e, em breve, a Senhora Deputada vai ver-me de verde, verde esperança. Este azul... realmente, as minhas conotações com o liberalismo, de facto, do ponto de vista dos direitos civis e políticos, eu sou um liberal, e, portanto, aí estou inteiramente identificado consigo. Do ponto de vista dos direitos sociais,

económicos, culturais, etc., sou um social-democrata de gema, e aí estamos nas antípodas.-----

-----É a razão porque hoje, por exemplo, ali o Senhor Deputado do Livre, da Coligação Evoluir Oeiras, o Senhor Deputado Perestrelo, fez uma intervenção que eu até aplaudi, justamente porque estabeleceu as contradições, no que diz respeito à avaliação da gestão pública ou gestão privada. Para uns a gestão pública é sempre má, e a gestão privada é que é boa. Para outros é ao contrário. Para mim, sou muito eclético, nuns casos é boa a gestão pública, em outros casos é má a gestão privada, e o vice-versa também é verdadeira. Há muitas entidades na área da administração pública que gerem bem, as atividades são bem geridas, e há outras que não são tão bem geridas, há outras que têm que ser mistas. Veja-se o Serviço Nacional de Saúde, quer dizer, pode haver realmente hospitais absolutamente públicos, hospitais privados, hospitais em parcerias público-privadas, etc... O que é preciso é que o cidadão seja bem servido. -----

-----Relativamente a este relatório. É óbvio que, de acordo com a Iniciativa Liberal, não teríamos nem as piscinas, nem os pavilhões desportivos, enfim, nem os equipamentos sociais e culturais que temos, porque aí, cada um que pagasse. E então, os pobres, a classe média-baixa não teria acesso a estes bens: “Vela? Isso é para ricos”. A escola de vela está a ser um sucesso extraordinário e realmente vai ser aprofundada, vão ser criadas novas infraestruturas. Portanto, nós temos tido o melhor feedback dessa atividade e, portanto, irá ser desenvolvida e aprofundada. ---

-----Mas, é indiscutível que as empresas municipais atuam, em princípio, em áreas que são da responsabilidade do Município. E, portanto, seja ao nível do desporto, seja ao nível da cultura, seja um pavilhão desportivo, seja um auditório, naturalmente, que é para estar ao serviço das pessoas. A piscina tem preços, as piscinas têm preços sociais, umas mais do que outras. Por exemplo, a Piscina Oceânica, apesar de tudo, tem um preço social. Mas a piscina de Barcarena, ou a piscina de Carnaxide, ou a piscina de Outurela, são realmente preços sociais, porque ficam, às vezes, menos de cinquenta por cento do que seria uma piscina privada. E, portanto, compete ao Estado e ao Poder Local satisfazer necessidades das famílias, das pessoas mais carenciadas.



LC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, é natural que a Iniciativa Liberal olhe para esses equipamentos e, portanto, os ricos não têm problema nenhum, os pobres porque é que hão de ir à piscina? Que vão à praia. Quer dizer, a praia até é gratuita, não é? Mas nos casos onde há praia. Mas, onde não há praia? No interior do país, onde é que estão as piscinas privadas? Os privados não constroem piscinas porque elas não dão lucro. Normalmente as piscinas são associadas, privadas, a um hotel, a um resort, etc... Eu não conheço nenhuma piscina exclusivamente privada, gerida por um privado. Porque na realidade não dá, era preciso ter preços astronómicos.

Portanto, gerindo as empresas municipais, equipamento municipal, é óbvio que, em princípio, não faz muito sentido que dê lucro, porque se der lucro é porque também não está a cumprir o seu papel social. Não pode dar prejuízo, porque havendo preços sociais, é para isso que servem os contratos in house e os contratos-programa, justamente para poder fazer preços compensatórios, poder haver, digamos, compensações, transferências compensatórias, melhor dizendo, transferências compensatórias para a empresa para que ela possa praticar preços sociais. A Piscina Oceânica para ser rentável, eventualmente, teria que levar quarenta euros por dia, por exemplo, são dez euros, ora se são dez euros, obviamente que nunca amortizará um investimento que custou milhões. Portanto, tem que ser compensado pela Câmara Municipal.

Esta ideia de ver o lucro em tudo... as intervenções sociais... Quando a Câmara Municipal transfere uma verba para uma empresa municipal, fá-lo justamente para ela poder prestar serviços, que são serviços sociais. E, portanto, quando a Câmara Municipal transfere para as juntas de freguesia dez mil, ou vinte mil, para aquisição de mercearias é para obter lucro? Não é para obter lucro, é social. Mas se a Câmara Municipal criar uma empresa social, porque o pode fazer, para ela, por sua vez, dar assistência social às pessoas, às famílias etc., a Câmara Municipal tem que transferir para a empresa aquilo que corresponde às despesas, às aquisições que a empresa faz.

Mas a Iniciativa Liberal, fechada na sua concha e no seu arquétipo económico, não é

capaz de vislumbrar que há vida para além dos ricos. Há vida para além daqueles que vivem bem. Portanto, há pessoas que vivem mal, há pessoas que têm dificuldades, há pessoas que precisam de bolsa de estudo para entrar na universidade, há pessoas que precisam de um subsídio para pagar a creche, há pessoas que precisam de uma creche pública... Agora já percebo porque é que a Senhora Deputada não esteve na inauguração da creche que eu inaugurei no sábado passado, uma creche lindíssima, com duzentas crianças, com vagas para duzentas crianças. Custou cinco milhões de euros. As crianças, as mensalidades que vão pagar, nunca pagarão o investimento que ali foi feito. Mas é óbvio que é para pais que não têm condições para pagar mais de duzentos, trezentos euros por mês. Há outros que estão a pagar setecentos, mil euros, mas esses podem pagar. Portanto, tem que haver creches para quem não pode pagar. E na realidade também não dá lucro. A Câmara Municipal faz um investimento de cinco milhões de euros para construir uma creche, entrega a gestão ao Centro Paroquial. Qual é o retorno que o Município tem? Qual é o retorno? -----

-----Portanto, vejam que esta visão liberal é absolutamente demolidora para o progresso social das famílias...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio dizendo o seguinte:-----

-----“O Papa Francisco dizia que “matava”.-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“Reparem, é extraordinário. São cinco milhões de euros que a Câmara Municipal investiu nesta creche, que entregou à paróquia. A paróquia vai gerir, as crianças vão pagar de acordo com as suas possibilidades... E agora a Câmara Municipal “aqui d'El Rei” que não recebe um tostão de retorno.-----

-----Portanto é isto.-----

-----Com a Oeiras Viva, é exatamente a mesma coisa: não pode dar lucro porque na realidade o investimento que é feito é um investimento social. É um investimento para as pessoas, é um investimento para as famílias do nosso Concelho... E mesmo assim há muitas... por



AC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

exemplo, no caso das outras não, mas no caso da Piscina Oceânica, ainda há muita gente que diz que é caro. Mas no caso da Piscina Oceânica, como é uma piscina de lazer o Presidente da Câmara ainda pode dizer assim: “olhe, mas tem a praia ao lado, é de água salgada na mesma”. Mas eu não posso dizer a um idoso, por exemplo, que tem manutenção, que tem hidroginástica nas piscinas municipais, eu não lhe posso dizer: “olha, vai para a praia”. Estão a ver o problema? É social, e aí não há retorno. Retorno há. Há um retorno fabuloso - mas que a desumanidade da Iniciativa Liberal não chega lá - o retorno fabuloso é a melhor vida das pessoas, é elas viverem melhor, é viverem com mais qualidade, é terem mais esperança de vida, é viverem com mais saúde, é viverem mais felizes... Mas a felicidade não interessa a toda a gente.

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Diga Senhora Deputada.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:** -----

----- “Exatamente. Em Defesa da Honra.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício, interveio dizendo o seguinte:** -----

----- “Não, Senhora Deputada...” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:** -----

----- “.... Desculpe, desculpe, desculpe Senhor Presidente...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

----- “Diga.” -----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:** -----

-----“Desculpe. Não é pessoal, mas é em nome da Iniciativa Liberal. A Iniciativa Liberal é uma entidade...” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, só um momento. Eu vou-lhe ler o artigo cinquenta e quatro, novamente: “Sempre que um deputado municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para defender-se, usar da palavra por tempo não superior a três minutos”. Ninguém a ofendeu a si. Não vamos defender a honra de partidos.” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Não, não me ofenderam pessoalmente, mas ofenderam o partido que eu represento...” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Não tem a palavra... Não tem a palavra.” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Não. Desculpe...” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Não, não... Acabou. Não tem a palavra.” -----

-----“Vamos fazer um intervalo...” -----

-----**A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Então, por favor, gostaria que ficasse em ata que não me foi dada...” -----

-----**A continuação da intervenção não está audível, pois o Senhor Presidente da A.M., em exercício, desligou o microfone.** -----

-----**Alguém** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** observou o seguinte: -----

-----“Não tem votação. É apreciação, só.” -----



ur

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, referiu o seguinte: -----

----- “Não, não tem votação...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, referiu o seguinte: -----

----- “Eu não tenho aqui, não tenho... “Apreciação da Proposta...”, é apreciação só.”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, referiu o seguinte: -----

----- “Eu não tenho aqui votação... -----

----- Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS).”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, se me dá licença, o guião pode estar errado. Mas trata-se de uma transferência financeira, e a própria proposta da Câmara diz: “Apresenta à Assembleia Municipal para aprovação.”-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, observou o seguinte: -----

----- “Tem razão. Realmente está errado. É um lapso. Tem razão. -----

----- De facto, eu tenho aqui só “Apreciação da Proposta”, mas, de facto, está presente transferência financeira.-----

----- Vamos então votar, peço desculpa.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente, em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal

Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino), e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 108/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 597/2025 - GMA - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE**



CC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA POR RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024 ----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e noventa e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de junho, e deliberou por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a transferência financeira a favor da Oeiras Viva, Empresa Municipal, no montante de cento e treze mil seiscentos e oitenta euros e cinquenta e um cêntimos, relativa à apresentação de um Resultado Antes de Impostos negativo no exercício de dois mil e vinte e quatro, com vista a repor o equilíbrio financeiro da empresa, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

----- “Está aprovada por maioria, com o voto contra da Iniciativa Liberal. -----

----- Peço desculpa, mais uma vez. Realmente foi um erro aqui do texto. -----

----- Vamos fazer um intervalo, breve. -----

----- Até já.” -----

----- INTERVALO -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

-----“Vamos retomar então os nossos trabalhos.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 590/2025 – SIMAS – relativa à 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2025 – Modificações ao Orçamento da Receita, da Despesa e Aplicação de parte do Saldo de Gerência – PD 185-SIMAS/2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

-----“Senhores deputados, quem pretende usar da palavra?” -----

-----**Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), tem a palavra.** -----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Obrigada, Senhor Presidente, em exercício.-----

-----A proposta que hoje apresentamos diz respeito à segunda alteração orçamental modificativa de dois mil e vinte e quatro, no montante de seis mil oitocentos e setenta e cinco euros, devidamente apurados e enquadrados, nos termos da norma da contabilidade pública número vinte e seis do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e do POCAL. -----

-----Este reforço orçamental permite ajustar o orçamento às necessidades reais de execução para dois mil e vinte e cinco, reforçando por um lado as despesas correntes em cinco mil cento e cinquenta e cinco euros, para aquisição de água e tratamento de afluentes, e as despesas de capital em mil setecentos e vinte euros destinadas a obras nos sistemas de drenagem de águas residuais.

-----Importa sublinhar que esta revisão decorre de uma boa prática de gestão financeira, ao incorporar saldos transitados com rigor e finalidades bem definidas. Trata-se de assegurar a continuidade de um serviço público essencial, a água e o saneamento, com impactos diretos na



de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

saúde, na qualidade de vida e no ambiente. -----

----- À semelhança do que referimos já no ponto anterior, sobre a Oeiras Viva, também aqui reafirmamos a importância de uma gestão eficiente, transparente e tecnicamente sustentada. -----

----- Esta proposta cumpre todos os requisitos legais e orçamentais, e merece por isso o nosso acompanhamento atento e o nosso voto favorável. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado António Moita (IN-OV).” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- De forma muito rápida para esclarecer, por um lado que, como a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse...ou ao contrário do que a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse, não são seis mil oitocentos e setenta e cinco euros, são seis milhões oitocentos e setenta e cinco mil euros, é aqui uma diferença, enfim, que não é uma diferença despicienda. -----

----- Obviamente, que já estávamos à espera que isto acontecesse, não é algo que surja de forma surpreendente. Tem a ver com a incorporação ou com a aplicação do saldo de dois mil e vinte e quatro. Já fizemos a nossa análise relativamente àquilo que foi o exercício de dois mil e vinte e quatro. E, portanto, trata-se de uma medida que era esperada, uma medida que tem vindo a ser seguida. Esta aplicação do saldo é feita obviamente com a contrapartida da despesa, é isso que aqui acontece, propõe-nos uma despesa na compra de água e na prestação de serviços com tratamento e a drenagem de afluentes. São atividades obviamente correntes do SIMAS. E portanto, salientamos aqui que também há uma pequena parte ou enfim, uma parte deste saldo que vai para investimento nos sistemas de drenagem de águas residuais. -----

----- E, portanto, do ponto de vista técnico está tudo certo, era algo que já esperávamos. A

aplicação desta receita adicional é feita, do nosso ponto de vista, de uma forma compreensível, de uma forma que se adequa à gestão, é assim que o SIMAS o propõe. E, portanto, obviamente que concordamos com a alteração que é proposta.

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:

-----“Obrigado, Senhor Deputado António Moita (IN-OV).

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), tem a palavra.” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:

-----“Senhor Presidente, no que concerne à deliberação cento e oitenta e três do SIMAS, enquanto Partido Chega queremos aqui referenciar dois pontos:

-----Primeiro - sobre o orçamento sabemos que o equilíbrio das contas públicas é essencial para uma gestão responsável. O saldo de gerência apurado em dois mil e vinte e quatro permite agora a sua incorporação parcial no orçamento de dois mil e vinte e cinco, fixando a receita global em cerca de seis ponto nove milhões de euros. No entanto, é essencial que esta folga orçamental seja gerida com transparéncia e com foco na qualidade de vida dos munícipes.

-----Em segundo lugar - gostaria de abordar um tema concreto aqui do SIMAS, que merece especial atenção enquanto órgão de fiscalização. Foi recentemente nomeada uma nova Diretora Financeira, a Doutora Cátia Franco Bonito, que simultaneamente exerce funções de vogal, de tesouraria na União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

-----É certo que em muitos casos dirigentes acumulam funções em diferentes entidades públicas, contudo esta situação exige prudência e vigilância. Falamos de uma profissional que dirige financeiramente um serviço municipalizado, o SIMAS, e ao mesmo tempo que integra o Executivo de uma freguesia local. São dois enquadramentos distintos, com responsabilidades diferentes, que não devem cruzar-se de forma pouco clara.

-----Mesmo que legalmente admissível, esta acumulação de funções pode comprometer a



AC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

imparcialidade, gerar conflito de interesses e fragilizar a confiança nas instituições.

Temos o dever, e reitero, enquanto órgão de fiscalização, de alertar a Senhora Presidente do SIMAS, e simultaneamente Vereadora em Oeiras, como órgão de fiscalização reitero, que deve-se pautar esta Assembleia Municipal face a esta situação.

Verificamos ainda, a crescente cisão institucional entre Oeiras e Amadora, dentro do SIMAS. Este afastamento entre estes dois municípios que deveriam colaborar numa gestão intermunicipal eficaz, também nos preocupa enquanto Partido Chega. Esta fragmentação compromete a coesão, enfraquece o serviço público e prejudica os nossos municíipes.

Por todas estas razões orçamentais, éticas e institucionais o Chega votará contra esta proposta, com sentido de responsabilidade com base nos factos e em defesa do interesse público municipal.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).

Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.”

A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:

“Senhor Presidente, só para agradecer a correção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV). E referir que todos os números que eu disse não são euros, são milhões de euros.

Muito obrigada.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Muito obrigado.

Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra?

Faz favor, Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias). ”

A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção:

-----“Boa tarde à Mesa, Senhor Vice-Presidente e caros vereadores, caros colegas da Assembleia e excelentíssimo público presente e que nos está a ouvir através das redes sociais. ---

-----Eu acabei de ouvir a intervenção do Doutor Francisco O'Neill do Chega e, de facto, não percebi onde é que quer chegar com a alusão da Diretora Financeira do SIMAS ser eleita no Executivo da Freguesia a que presido, da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias.

-----De facto, a lei não obstaculiza a que as pessoas de outras entidades sejam eleitas pela autarquia, que é completamente independente quer da Câmara, quer do SIMAS. E não há, não houve, nem haverá, nenhum conflito de interesses entre a função que a Doutora Cátia desempenha no SIMAS, e que já desempenhou na Câmara Municipal, e a União Freguesias. -----

-----Obviamente que o Chega votará, como qualquer um de nós, nesta proposta como bem entender, com a justificação que bem entende. Mas que é.... eu ia dizer desonesto, mas é no mínimo inqualificável, a relação que faz da eleita como autarca da freguesia, Cátia Bonito, e as funções nos Serviços Intermunicipalizados de Oeiras e Amadora. -----

-----E, eu quero deixar aqui o meu protesto, enquanto Presidente da Junta da UFOPAC, porque de facto nunca houve, nem haverá, qualquer conflito de interesses. -----

-----Muito obrigada, Senhor Presidente, em exercício.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M., em exercício**, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Doutora. -----

-----Tem a palavra, Senhora Deputada Anabela Brito (IL)” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Analisamos a proposta de deliberação quinhentos e noventa barra vinte e cinco. Esta revisão orçamental tem como propósito incorporar o saldo de gerência de dois mil e vinte e quatro, aplicando-o no reforço de rubricas a saber: na conta corrente, reforço da rubrica na compra de água e de prestação de serviços, como o tratamento de drenagem e afluentes, e na despesa de



lc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

capital reforçou-se a rubrica...”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, só um momento, peço desculpa.-----

----- Eu peço silêncio na sala. Está aqui um burburinho que é insuportável. -----

----- Peço desculpa, Senhora Deputada. Pode continuar.”-----

----- **A Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... E na despesa capital reforçou-se a rubrica dos sistemas de drenagem de águas residuais. Vamos dizê-lo, e já várias vezes o temos dito, há que desagregar informação. Na justificação dada cabe tudo e não cabe nada. Onde se vai realmente utilizar e aplicar as verbas?-----

----- O saneamento básico, a gestão eficiente de água devem ser uma prioridade. Mas vamos, por exemplo, modernizar as estações de tratamento? Melhorar a qualidade da água? Vamos, por exemplo, substituir condutas obsoletas? Não sabemos. Nada disto... E estas coisas não estavam já orçamentadas? Não sabemos realmente onde é que vão ser aplicadas estas verbas. Precisamos de informação objetiva: onde e porquê, são aplicados os recursos.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Mais algum dos senhores deputados pretende usar a palavra em relação a este ponto?-----

----- Senhor Vice-Presidente da Câmara pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, com a sua licença, eu ia pedir à Senhora Administradora do SIMAS para responder às questões técnicas que foram colocadas, depois eu acabo a intervenção.-----

----- A Senhora Administradora explica as questões técnicas, eu falo no fim.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício**, disse o seguinte:-----

-----“Faz favor, tem a palavra então.” -----

-----**A Senhora Cázia Bonito, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do SIMAS, fez a seguinte intervenção:** -----

-----“Relativamente às questões que foram colocadas, agradecia que nos anexos, onde diz “Revisão número dois do orçamento da receita de dois mil e vinte e cinco”, veem aqui no código (vou dar... vou repetir o código) zero dois zero um-um seis zero cinco água diz lá – três milhões ponto oito milhões de euros. O que é que é isso... três ponto oito milhões de euros... nós temos que pagar à EPAL. Para pagar à EPAL para podermos dar água, que é na AdTA, a gente paga à AdTA para depois podermos distribuir pelos nossos municípios. E esse valor é o que a gente necessita, e assim temos os tais... todo o ano para podermos pagar à EPAL. -----

-----Outra, que foi onde é pago... onde é inserido o saldo de gerência – e recordo que o saldo de gerência... quando aprovaram... quando houve o relatório, o orçamento e tanto o Relatório e Contas, toda a atividade do SIMAS está lá explicada. Aqui a alteração modificativa é só aplicar o saldo de gerência nas rubricas que já estão previamente previstas onde a gente vai aplicá-lo. -----

-----Outro que a gente vai aplicar, um ponto sete milhões de euros, é na Ribeira de Massamá. Porque vai haver uma reprogramação, por isso é que está lá um ponto sete milhões de euros. -----

-----Ou seja, o saldo de gerência é para a atividade normal dos SIMAS, pagar à AdTA, Águas do Tejo Atlântico, e à EPAL. Por isso, a alteração orçamental modificativa tem a ver com a atividade normal dos SIMAS e não tem a ver aqui com a parte dos investimentos que a gente tem, que isso foi no orçamento que foi aprovado em dois mil e vinte e quatro, que se aplicou em dois mil e vinte e cinco. -----

-----É isso.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, questionou o seguinte:** -----



A handwritten signature in black ink, appearing to read "JL".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra para algum esclarecimento?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, eu só quero responder a uma questão que foi aqui colocada pelo Senhor Deputado do Partido Chega, e dizer o seguinte à Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias: não se deixe impressionar com as coisas que o Senhor Deputado diz, porque o Senhor Deputado, na maior parte das vezes perde-se nos seus próprios pensamentos. -----

----- O Senhor Deputado, provavelmente não terá ainda tido noção que uma união de freguesias é uma autarquia distinta do município. Os serviços dos SIMAS, são os serviços intermunicipalizados do Concelho de Oeiras, do Município de Oeiras. A União de Freguesias onde a Senhora Diretora por acaso também é eleita, é uma autarquia distinta. Nada tem a ver uma questão com outra. Todavia, há quem se divirta a mexer na lama, a tentar deitar lama para cima dos outros. Nós devemos levar com a seriedade necessária, mas não com demasiada, não com demasiada, porque na maior parte das vezes não se pretende mais do que deitar lama. Todavia só se suja quem deita. -----

----- É só, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH). Lembro que pouco tempo tem.” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, é só para responder aqui ao Senhor Vice-Presidente e dizer o seguinte: -----

----- Quando se constatam situações de suscetível conflito de interesses é nosso dever questionar. Agora essa questão da lama, isso é política rasca, política suja que utiliza ao longo do

tempo. O de tentarem manchar as pessoas, falar mal, portanto, essa política já não funciona. E, também acho que os seus novos óculos até lhe ficam bem, porque já não adormece, portanto, como agora já não dorme com os novos óculos devia, se calhar, comprar um aparelho auditivo para ouvir melhor aquilo que eu digo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).-----

-----Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Doutor Francisco O'Neill (CH), eu não vou lutar consigo.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Vamos então … faz favor Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Madalena Castro.”-----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Era só para referir que, pelos vistos, o Chega tem interesse em deixar nuvens de poeira sobre conflito de interesses. Eu volto a referir que não há conflito de interesses absolutamente nenhum.”-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Claro que não. -----

-----Vamos passar então à votação.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político



64

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino), com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e com um voto contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“DELIBERAÇÃO N.º 109/2025-----

-----PROPOSTA C.M.O N.º 590/2025 - SIMAS - 2^a. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2025- MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E APLICAÇÃO DE PARTE DO SALDO DE GERÊNCIA - PD 183-SIMAS/2025

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e noventa barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de junho, e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a segunda alteração orçamental modificativa dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Está aprovada por maioria, com a abstenção da Iniciativa Liberal e com o voto contra do Partido Chega. -----

-----Passamos então ao ponto quatro... não percebi, desculpe? Faz favor, mas não tinha o microfone ligado e por isso é que não ouvi.” -----

4.3.1.1. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL), fez a seguinte Declaração de Voto: -----



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada. -----

----- Fazer uma Declaração de Voto e esclarecer que a Iniciativa Liberal absteve-se porque considera que a informação prestada é insuficiente. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada Anabela Brito (IL). -----

----- Passamos ao ponto quatro.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 605/2025 – DMOTDU/DOTPUDOT – relativa à Revogação do Plano de Pormenor do Moinho das Antas – Final -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Vice-Presidente tem a palavra sobre este ponto.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Peço desculpa confundi-me agora eu com os microfones. -----

----- Senhor Presidente, dizer apenas que houve um erro na elaboração desta proposta, algumas participações não constavam da mesma e irá novamente à Câmara e depois fará o percurso até à Assembleia Municipal. Portanto, pedíamos para retirá-la.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Certamente. Esta proposta, então, o ponto quatro, relativa à revogação do Plano de Pormenor Moinho das Antas das Antas – Final, está a retirada desta Ordem de Trabalhos. -----

----- Passamos... faz favor Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, eu sei que a proposta foi retirada, mas só dar uma nota também. Estes documentos são colocados online no site da Assembleia e há alguns dados pessoais de cidadãos que estão visíveis e, por isso, se a proposta vai ser revista, agradeço que também seja revista essa parte. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----**RETIRADA**-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:**-----

-----“Sim senhor, e passamos ao ponto cinco.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 643/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Alteração do Mapa de Pessoal aprovado para 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:**-----

-----“Senhores deputados, quem pretende usar da palavra? Não havendo... faz favor Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

-----A Assembleia analisa hoje a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para dois mil e vinte e cinco.-----

-----Ao longo dos últimos anos, temos sido confrontados com relatórios de informação do presidente, trimestrais, que focam o funcionamento dos serviços municipais e que revelam, de forma sistemática, a carência de recursos humanos em diversos departamentos da Câmara Municipal de Oeiras. Essa carência compromete não só a capacidade de resposta da administração local, mas também a qualidade dos serviços que são prestados à população.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras já aqui abordou esta questão inúmeras vezes. Temos o exemplo dos casos de chefias com cargos de nomeação de noventa dias por anos a fio, e que tornam as chefias vulneráveis, mas também departamentos com crónica falta de pessoal, que aqui temos demonstrado. Por exemplo estou-me a recordar dos casos do Gabinete de Auditoria Municipal, que constantemente no relatório trimestral do Presidente diz não ter capacidade de analisar as propostas de deliberação que vão à Câmara, etc.-----



5x

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A proposta de alteração do mapa de pessoal que hoje é apresentada confirma também estas preocupações. Os dados indicam que, à data de trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, existem quatrocentos e um postos de trabalho vagos na Câmara Municipal — ou seja, mais de doze por cento dos lugares previstos estão por preencher. Nota-se uma melhoria face ao passado, mas que ainda é insuficiente. E destacam-se as categorias dos Assistente Técnicos (deverá querer dizer “Operacionais”) (cento e oitenta e seis vagas), Técnico Superior (setenta e nove vagas) e Assistente Técnico (quarenta e oito vagas), que são, precisamente, aquelas mais diretamente ligadas à operacionalização e implementação de políticas públicas no terreno. -----

----- É também visível nos Quadros dois e três do Anexo I uma estagnação da evolução do número de trabalhadores dos departamentos com grande exigência técnica e operacional, como é o caso da Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, mas também na Direção Municipal de Administração Geral. Apesar da crescente complexidade dos desafios urbanos e administrativos, estes serviços mantêm praticamente o mesmo número de trabalhadores desde o início do mandato, dois mil e vinte e um, o que é claramente insuficiente face às suas atribuições. -----

----- Os mapas de pessoal detalhados também no Anexo III desta proposta revelam dezenas de postos vagos por preencher, como por exemplo na Polícia Municipal (quarenta e quatro vagas), e talvez será por isso que há duas semanas, quando os contactei por causa de uma ocorrência, me responderam que não podiam responder porque estavam todos destacados em eventos.... Ou também no Departamento de Gestão de Recursos Humanos com dezanove vagas ou no Departamento de Finanças e Património (com nove vagas), e nas escolas com falta de pessoal, há cinquenta e duas vagas por preencher, confirmado a manutenção de défices estruturais nos recursos humanos destes serviços. Um dos exemplos mais gritantes que temos alertado é, de facto, o do Departamento Jurídico e de Auditoria Municipal e nestes só estão identificados a falta, respetivamente, de duas e quatro pessoas o que, face ao que verificamos, é claramente insuficiente.

Ou seja, não é só as vagas que são aqui apresentadas como estando por preencher, é aquelas que nem estão identificadas, que eu acho que ainda é mais grave.

Perante este cenário, importa questionar, Senhor Vice-Presidente: quais são, afinal, as dificuldades concretas que o Município enfrenta no recrutamento de pessoal qualificado? Existem entraves legais, orçamentais, ou de atratividade salarial ou organizacionais que justifiquem a persistência de tantas vagas? E, sobretudo, qual é o plano da Câmara Municipal para resolver estas carências estruturais, garantindo que os serviços municipais têm os meios humanos e necessários para responder eficazmente às necessidades da população?

Disse.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Obrigado, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).

Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).

A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:

“Obrigada, Senhor Presidente, em exercício.

A proposta que temos hoje para análise refere-se à alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Oeiras para dois mil e vinte e cinco. Documento essencial para a organização e gestão dos recursos humanos que asseguram o funcionamento dos serviços públicos municipais.

Contudo, mais do que uma mera aprovação dos números e postos acrescidos, impõe-se aqui uma reflexão crítica.

Foi devidamente estudada a estrutura atual para avaliar se ela serve verdadeiramente o bom funcionamento dos serviços?

Perguntamo-nos se, no processo que conduziu a esta alteração, houve um exame rigoroso das reais necessidades, acompanhado de um estudo de otimização que permitisse, não só este pequeno aumento do número de postos de trabalho, mas, sobretudo uma maior contratação, melhor utilização e valorização dos recursos humanos já existentes?



CC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi feita uma análise para perceber se os serviços que, de facto, precisam de reforços de recursos humanos terão as suas necessidades satisfeitas? -----

----- Foi feita uma análise para perceber se poderia retirar mais das pessoas que já trabalham na Câmara Municipal de Oeiras? -----

----- Se foram aproveitados os seus potenciais, competências e experiências para maximizar a eficiência e eficácia dos serviços públicos? Ou estamos a replicar modelos tradicionais de crescimento sem olhar para a inovação na gestão das pessoas? -----

----- É também importante questionar: -----

----- As pessoas e as equipas foram ouvidas neste processo? -----

----- Houve espaço para o diálogo e para a participação ativa dos trabalhadores na definição destas necessidades? -----

----- Porque o mapa de pessoal que não valoriza as suas pessoas corre o risco de ser um mero documento burocrático sem impacto positivo real na qualidade do serviço. Além disso, quais foram as razões concretas que estiveram na base destas decisões? Sabemos que foram criados postos para responder a necessidades emergentes, para reforçar equipas técnicas e para acompanhar medidas do PRR. Mas, foi ponderado o impacto a médio e longo prazo no funcionamento global dos serviços? -----

----- Esta é uma oportunidade para que a Assembleia Municipal exija que estas questões sejam colocadas nos centros das decisões. Não basta aumentar alguns, poucos, números de postos. É necessário garantir que cada posto contribua para um serviço público mais eficiente, inovador e próximo das necessidades dos municípios. -----

----- Assim, votamos pela aprovação, mas deixamos aqui um apelo para que a próxima atualização do Mapa de Pessoal, seja precedida de um estudo profundo e participativo, que permita otimizar recursos, valorizar as pessoas e garantir que o Município de Oeiras sejam um exemplo de gestão pública, moderna e eficaz e sejamos claros, parece que não é o que atualmente acontece. -

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). -----

-----Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) tem a palavra.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde, senhores deputados.-----

-----Acho que os trabalhadores da Câmara merecem o mesmo respeito que qualquer outra proposta e estamos aqui a falar de pessoas. Estamos aqui a falar dos trabalhadores que fazem... acho que os trabalhadores merecem o vosso respeito, portanto, a crítica de eu vir aqui ao púlpito ficou-vos muito mal. Perderam uma boa oportunidade de estarem calados.-----

-----Bom, estamos a falar de pessoas. Estamos a falar dos funcionários da Câmara.-----

-----Argumentos favoráveis, a favor do Executivo nesta questão. É verdade que é um aumento modesto de vinte postos, mas é necessário para responder a exigências imediatas de serviços.-----

-----Respeita as regras da Lei Geral do Trabalho em funções públicas.-----

-----É o resultado, ao contrário do que foi dito, mas se lerem os documentos, de uma análise técnica de necessidades.-----

-----Reflete investimento na capacidade da máquina municipal para servir melhor os cidadãos.-----

-----Foi aprovado por unanimidade na Câmara, ou seja, demonstra um grande consenso político.-----

-----Procura a valorização do trabalho público, com diversidade de qualificações. E, já agora, Deputada Mónica Albuquerque (EO), deixe-me contrapô-la, os dados técnicos dos anexos



62

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nos dizem. -----

----- Uma evolução por categorias e serviços, mostra uma tendência de crescimento em alguns departamentos estratégicos, distribuição de licenciaturas dos trabalhadores, muito diversificada, em Direito, Arquitetura, Engenharia Civil, Serviço Social, Gestão e muitos outros.

----- O Mapa de Pessoal mais ou menos aproximadamente de três mil e trezentos postos de trabalho para dois mil e vinte e cinco, isto juntando os ocupados, os cativos e os vagos. Senhora Deputada, o facto de estarem vagos não quer dizer que não venham a ser preenchidos.-----

----- Há aqui outra questão, importante, um grande peso de assistentes operacionais. São cerca de mil e setecentos e de técnicos superiores, são seiscentos postos de trabalho. -----

----- Portanto, a Câmara Municipal de Oeiras, que é importante realçar, ganhou em dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e três, o Prémio Excelência de Gestão de Pessoas. Eu vou repetir, ganhou o Prémio Excelência de Gestão de Pessoas, no concurso promovido pela APG - Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas e pela RH Magazine. Tem sido reconhecida nos prémios de recursos humanos pela estratégia inovadora de valorização de pessoal. É das autarquias com mais técnicos superiores por habitante em Portugal, senão a que tem mais, com grande diversidade nas áreas de formação. Tem programas premiados de formação, segurança no trabalho e modernização de processos. -----

----- Esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e cinco, não é apenas um detalhe burocrático ou um detalhe técnico, é um ato de planeamento responsável e um investimento na qualidade de serviços públicos que oferecemos aos cidadãos de Oeiras. -----

----- Estamos a falar de um reforço de vinte postos de trabalho em relação ao mapa aprovado este ano. Vinte postos que resultam de uma análise cuidada, feita serviço a serviço para responder a novas necessidades para garantir que o Município continue a dar resposta com eficácia, proximidade e sobretudo humanidade.-----

----- O Município de Oeiras é hoje reconhecido como tendo um dos quadros técnicos mais

qualificados e competentes do país. Não o digo por vaidade, mas porque é um facto, reconhecido. Os nossos serviços municipais têm ganho prémios nacionais na área dos recursos humanos, como referi o “Prémio de Excelência em Gestão de Pessoas” distinguindo-nos pela capacidade de atrair, formar e valorizar talento público.

Temos cerca de três mil e trezentos postos de trabalhos previsto para dois mil e vinte e cinco com uma estrutura equilibrada.

Esta alteração ao Mapa de Pessoal nasce da seriedade de quem governa, não é improvisada. Foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara demonstrando consenso político sobre a necessidade de garantir recursos humanos adequados.

Quero aqui também, de forma justa e clara saudar o Vereador Armando Soares que subscreve esta proposta. É justo reconhecer o trabalho sério, competente e dialogante com que o Vereador tem liderado este dossier, ouvindo os serviços, avaliando as necessidades reais e construindo soluções com rigor técnico e responsabilidade orçamental.

A lei trinta e cinco de dois mil e catorze, no seu artigo vinte e nove, obriga a aprovar e a atualizar o mapa de pessoal anualmente. É isso que aqui estamos a fazer, mas não é uma mera formalidade, é um instrumento de planeamento que dá coerência à estratégia política do Município, do mesmo modo, a lei setenta e cinco de dois mil e treze, no artigo vinte e cinco, atribui à Assembleia Municipal, a nós, a competência de aprovar estas alterações reforçando o escrutínio democrático.

Esta alteração é pequena em número, vinte postos, mas é grande em significado, porque sinaliza um compromisso com o serviço público de qualidade, porque diz com clareza que não queremos uma Autarquia estagnada, subdimensionada e incapaz de responder aos desafios atuais. E, investir em pessoas, não é despesa, é o melhor investimento que podemos fazer. São elas que planeiam o território, que limpam as ruas, que mantêm os espaços verdes, que acompanham as famílias mais vulneráveis, que promovem a cultura, que asseguram a qualidade da escola



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pública. Por isso, pedimos a esta Assembleia que aprove esta proposta em nome da qualidade dos serviços, em nome do respeito por quem trabalha todos os dias para servir os oeirenses e o seu Município. Em nome de uma Autarquia que quer continuar a ser um exemplo nacional na gestão dos seus recursos humanos.

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

“Obrigado, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).

Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), tem a palavra.”

O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Não podia deixar passar esta menção completamente dispensável que o Senhor Deputado fez na parte inicial da sua intervenção. Nós temos exatamente o mesmo respeito, tanto pelos trabalhadores do Município, como por todos os outros temas que tratamos nesta Assembleia Municipal, seja quando fazemos intervenções aqui sentados da nossa bancada ou ali em cima do púlpito.

O que é lamentável e o que é uma grande falta de respeito, é usar os trabalhadores do Município como arma de arremesso político, coisa em que, aliás, o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) é reincidente, é bastante reincidente. É um comportamento lamentável, mas que o Senhor Deputado insiste em fazer.

Portanto, Senhor Presidente, apenas para reiterar o nosso total respeito pelos funcionários do Município e por todos os temas que tratamos nesta Assembleia Municipal, seja quando fazemos intervenções da bancada, seja quando subimos ali ao púlpito.

Se o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) não consegue aguentar uma boca ou uma piada sem ter que transformar os funcionários do Município numa arma de arremesso político, olhe, quem está a faltar ao respeito, não somos nós, é o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).-

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhor Deputado Tomás Pereira (EO). -----

-----Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este ponto? -----

-----Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Duas ou três notas: -----

-----Começar por evitar lugares-comuns e discursos redondos que não nos levam a lado nenhum. Isto porque, todos estes discursos de se foi participativo, se foi avaliado, se se fez um estudo sério, por favor. Como é que a Autarquia, como foi dito pelo Deputado João Viegas (IN-
OV) que ganhou o Prémio de Excelência de Gestão de Recursos Humanos, nos questionam se foi avaliado. Nem é questão. É claro que é avaliado e é claro que o que é proposto, é o que é retirado dessa avaliação. É o que é retirado dessa mesma avaliação. -----

-----Agora, permitam-me ir à questão de fundo, porque foram aqui colocadas algumas questões que são pertinentes.-----

-----Da dificuldade em suprir alguns postos de trabalhos. Evidente. Tentem contratar engenheiros informáticos na Administração Pública. Tentem contratar juristas. Tentem contratar gestores de qualidade. Agora, não pode ser... juristas mesmo, juristas de qualidade, juristas hoje é difícil contratar juristas para a Administração Pública, é difícil contratar juristas para a administração pública, hoje.-----

-----Isto decorre... Senhor Presidente, com a sua ajuda...” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Peço silêncio na Assembleia, por favor.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:



44

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Naturalmente, isto não decorre do Executivo Municipal, nem há engenho que permita contornar isto. Quando se leva anos a degradar a administração pública, seja no rendimento, seja nas condições de acesso à saúde, em tudo e mais alguma coisa. Nós, ainda há pouco ouvimos, não vou enunciar quem, deixar claro do quão mau é tudo o que é gerido pelo Estado, por uma empresa municipal, enquanto que se for concessionado a privados já está tudo bem. Isto tem a ver com uma ideologia que foi enfiada pela goela dos cidadãos e que muita gente aceitou, uma ideologia de terceira classe, aceitou como sendo boa. Obviamente que, como foi colocada no Estado, isto não é de agora... Isto não é de agora...”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção e disse o seguinte:

----- “Eu não sou da extrema-esquerda, sou social democrata como o Senhor Presidente. Isto não é de agora, isto vem acontecendo desde os anos sessenta. Não é novo, acelerou durante os anos oitenta, depois quando o capitalismo venceu a Guerra Fria, determinou-se que era, pronto, por aí fora, por aí fora. Então, o que é que aconteceu. O Estado desarmou-se e criou condições para se desarmar degradando a Administração Pública.-----

----- Se vocês olharem, quais são os postos que são aqui solicitados? A necessidade de criar um lugar para a Polícia Municipal para Técnico Superior de Polícia Municipal, que era uma reclamação antiga da Polícia Municipal. Uma reclamação antiga. Falou-se há pouco que o Município tinha polícias municipais a menos. Tem, formou-os, abriu concurso há poucos anos. --

----- Foi elogiado o Vereador Armando Soares, há pouco, pela qualidade do seu trabalho. O Vereador Nuno abriu um concurso de Polícia Municipal. Aliás, o Vereador Nuno Neto, no início do mandato de dois mil e dezassete, o Município de Oeiras, foi provavelmente o primeiro ou o segundo no país, a acabar com os precários, com os falsos recibos verdes, enquadrando nas carreiras técnicas devidas. Obviamente que, isto é uma preocupação constante do Município de

Oeiras, a qualidade da gestão de recursos humanos, porque sem qualidade de gestão de recursos humanos, sem qualidade de gestão das pessoas, não se consegue, não se consegue executar políticas. São os trabalhadores do Município e eu próprio já estava a embarcar nesta de recursos humanos que, por si só também decorre de ideologia, os trabalhadores do Município, porque é isso que fazem, vendem força trabalho contra um ordenado. Os trabalhadores do Município é que põem em prática as nossas políticas públicas. Sem eles aquilo que este Executivo Municipal gosta de dizer que faz, que realiza, realiza em termos de liderança, depois precisa dos trabalhadores para pôr em prática. Se os trabalhadores não forem capazes de pôr em prática, não há política pública ou qualidade de política pública que valha. Portanto, se olharem com atenção, o que é que nós estamos aqui a ver supridos, como disse há pouco, na Polícia Municipal que era uma aspiração antiga da nossa Polícia Municipal poder ascender a técnico superior.

-----Na questão do PRR, no plano do radar social. No próprio Gabinete de Comunicação do Município, era preciso criar uma pessoa para coordenar, um coordenador técnico, tudo isto tem a ver... se olharem, se tiverem um pouco de cuidado a olhar para isto, tem a ver com necessidades que são detetadas pelos próprios dirigentes dos serviços. Eu olho ali para a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, são os próprios dirigentes que dão... estava a tentar evitar o anglicanismo, mas que dão os inputs, que nos dizem o que resulta da sua gestão do quotidiano e dos seus problemas na gestão e na execução das tarefas que lhe estão acometidas, são levantamentos que são dados a quem tem a decisão. Portanto, isto decorre daquilo que se falava no início e daí eu estar a criticar os discursos redondos. É claro que isto resulta da própria avaliação quotidiana dos dirigentes da Administração. Ou acreditam que é o Presidente ou o Vice-Presidente ou os Vereadores que, no seu dia a dia, dizem: "Queria aí mais quatro ou cinco postos de trabalho", isso não existe. Isso não existe, isso tem que vir da estrutura, é da própria estrutura que emanam estas necessidades e é por isso que é criada esta alteração, é só isso. É o que resulta da tal avaliação. --

-----Quanto à participação. A participação está criada quando nós estamos a estudar ou



62

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quando nós fomos mesmo o primeiro município português a estudar, o próprio bem-estar emocional e psicológico dos colaboradores. Isto por si só não nota a preocupação em envolver os trabalhadores? Em saber como é que eles estão? Em procurar ir ao encontro das suas necessidades, quando nós sabemos que outras não são ou não podem ser verdadeiramente dirigidas? Peço desculpa é que disciplinam é um valor absoluto, peço imensa desculpa...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:

----- “Eu sei, mas no melhor pano cai a nódoa. -----

----- Quando sabemos que no rendimento, os trabalhadores da Administração não têm o rendimento que deveriam em função do rendimento geral da sua categoria técnica e profissional, no setor privado do país. Não têm a segurança que no passado tinham. Não têm o acesso à saúde e à garantia da saúde que lhes dava uma garantia suplementar e, por isso alguns iriam ou admitiam concorrer para a Administração, tudo isto foi sendo desmantelado. É hoje, confesso-vos, muito difícil gerir trabalhadores na Administração Pública, gerir pessoas na Administração Pública. É um desafio imenso, enorme. Muito fazem os nossos dirigentes e permitam-me estender louvor à Senhora Chefe de Divisão de Recursos Humanos que aqui representa a estrutura, muito fazem os nossos dirigentes com os poucos meios que a lei permite, que a própria ideologia por trás desta gestão, imposta ao Estado, permite, muito a Vossas Excelências que fazem na gestão dos trabalhadores do Município na criação de condições de bem-estar para o desenvolvimento das suas tarefas. -----

----- É só Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Vice-Presidente, uma vez que classificou os nossos discursos como “redondos”, classifico as suas respostas também como “redondas”.-----

-----Partindo do princípio que este plano, que este mapa de pessoal será aprovado nesta Assembleia hoje, as vagas existem e, portanto, eu coloquei algumas questões sobre qual é o plano da Câmara para preencher estas vagas, porque eu olho para os números de dois mil e vinte e um e olho para os números de trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, e vejo em todas as tabelas da proposta que existem hoje menos funcionários do que existiam em dois mil e vinte e um. Portanto, a minha questão são duas, são simples:-----

-----Qual é que é o plano do Município para preencher estas vagas?-----

-----E o que está a fazer para reter os funcionários que pretendem sair ou que estão descontentes?-----

-----Porque eles tipicamente quando saem, saem daqui para outras autarquias. Não saem, na maioria dos casos, para o privado, como sabe. -----

-----Por último, deixar o desafio que o próprio Município desenvolva (se ainda não desenvolveu, e também gostava de saber) um plano municipal para a retenção dos trabalhadores e para a resolução desta ocupação de quatrocentas e tal vagas.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

-----“Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra?” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interrompe e disse o seguinte:-----

-----“Com prazos e metas, já agora.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), peço que não interrompa. -----



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este ponto?

----- Passamos então à votação do ponto cinco.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 110/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 643/2025 - DGP – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2025**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e quarenta e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número trinta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em nove de julho, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dois mil e vinte e cinco, destacando-se que a mesma inclui o aumento de vinte postos de trabalho face ao aprovado para o presente ano, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:**-----



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Abstenção do Partido Chega e da Iniciativa Liberal, está aprovada por maioria.-----

----- Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), é para uma Declaração de Voto?” -----

4.5.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigada. Sim, é para efeitos de uma Declaração de Voto, diz assim o Regimento que temos que o anunciar. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta de alteração do mapa de pessoal considerando que houve uma melhoria no número de postos de trabalho ocupados face a um passado recente, e que houve um aumento líquido de trinta postos de trabalho. No entanto reforça a necessidade de resolver a carência de recursos humanos em diversos departamentos da Câmara Municipal de Oeiras. Esta carência compromete não só a capacidade de resposta da administração local, mas também a qualidade dos serviços prestados à população. Carências que não podem continuar a ser ignoradas ou disfarçadas com alterações pontuais do mapa de pessoal. É necessária uma estratégia clara e ambiciosa de recrutamento, valorização e retenção de trabalhadores municipais, sob pena de comprometermos de forma irreversível a eficácia da gestão autárquica. -----

----- E, por fim, aproveitar para fazer o requerimento de resposta das questões que não foram esclarecidas nesta Assembleia e, portanto, requeiro a resposta por escrito, e deixo o desafio de efetuar esse plano municipal. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Passamos ao ponto seis da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 657/2025 – DMOGAH/DHM/DPCH – relativa ao Proc. N.º 38/DCH/2024 – “Construção do Programa Habitacional de Tercena –

83 Fogos, Barcarena (NPH/06) – Aprovação do Plano de Trabalhos e de Pagamentos ajustados à data da consignação/Reprogramação Financeira da Empreitada (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados quem pretende usar da palavra em relação a este ponto?-----

-----Faz favor, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente. -----

-----Analisado pelo Partido Chega, o processo de Construção do Programa Habitacional de Tercena, de oitenta e três fogos, em Barcarena, como ainda o Plano de Trabalhos e de Pagamentos e tendo em consideração o procedimento facultado para análise, enquadramento jurídico/urbanístico não ficamos elucidados, enquanto Chega, nos termos do CPA, pela falta de elementos técnicos e jurídicos suficientes que permitam uma avaliação global e devidamente esclarecida da proposta, nomeadamente quanto às consequências práticas do instrumento de planeamento. -----

-----Com responsabilidade, assumo enquanto Deputado Municipal do Chega que os princípios da transparência e da participação pública, consagrados no CPA e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial indiciam omissões quanto a aspectos críticos levantados em sede de consulta pública, cuja ponderação adequada, não se verifica nos documentos apresentados.

-----Existe incerteza jurídica e urbanística, o que impede uma tomada de posição informada, coerente e responsável.-----

-----Enquanto Deputado Municipal do Chega, não estando asseguradas as condições mínimas exigidas e fundamentadas nos termos do artigo cento e cinquenta e dois e seguintes do CPA, fundamentação técnico-legal, sendo impossível em três minutos concedidos fundamentar na íntegra toda esta visão, logicamente, votaremos contra. -----

-----Muito obrigado.” -----



42

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (IN-OV) tem a palavra.” -----

----- O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, obrigado. -----

----- Apenas para esclarecer, porque parece que está agora em voga fazer algumas intervenções para levantar um conjunto de nuvens ou de suspeitas sobre processos que vem a correr na Câmara Municipal. Percebemos que essa prática seja agora mais usual, atendendo à proximidade das eleições autárquicas, mas, acho que não se justifica tudo. -----

----- Eu queria aproveitar para esclarecer que nada daquilo que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) disse está aqui em causa. Estamos é perante uma proposta que tinha uma determinada programação em função da consignação de uma obra. Essa consignação da obra pressupunha ou por outra, essa programação financeira pressupunha uma despesa plurianual é, por isso que vem a esta Assembleia. Houve uma alteração das datas na consignação da obra e isso introduziu alterações na programação financeira desta mesma obra. Como isso tem implicação nas despesas plurianuais, mais uma vez volta o assunto a esta Assembleia. Portanto, nada daquilo que o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) disse está aqui em causa, está em análise. O que está em análise é se aceitamos reprogramar algo que já tínhamos programado antes, em função das circunstâncias e em função da alteração da data em que a consignação desta obra foi feita. -----

----- E, portanto, acho que devemos parar por aqui. Se o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) tem alguma coisa a dizer, para além disto e, para além do tema deste ponto que está em discussão, pois tem outros meios para o fazer. Acho que não devemos aproveitar esta Assembleia para a transformar num guichet, nem do Ministério Público, nem de coisas assim parecidas e, portanto, pela nossa parte continuaremos com a tranquilidade de sempre a discutir aquilo que há para discutir e não aquilo que algumas pessoas acham que podia ser tratado aqui. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado António Moita (IN-OV).-----

-----Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) tem a palavra.” -----

-----**O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais elementos que compõem a Mesa e estimados colegas. Senhor Vice-Presidente, em representação do Executivo. A todos aqueles que nos ouvem e também àqueles que aqui trabalham e muito bem. -----

-----Relativamente à reprogramação plurianual da empreitada com vista à construção do programa habitacional de Tercena - oitenta e três fogos na Freguesia de Barcarena, atenta à documentação justificativa e o que a bancada do PPD/PSD já aduziu sobre esta matéria, a nossa apreciação é positiva pelo que iremos votar, favoravelmente. -----

-----Disse.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado Vítor Marques (PSD).-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) tem a palavra.” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhor Presidente, era só para responder ali à bancada do IN-OV, que ficam sempre picados, quando são questionados, quer dizer, há uma tendência... a pessoa diz qualquer coisa que não agrada e ou é, porque estamos a caminho das eleições ou porque isto ou porque aquilo. -----

-----Agora, a situação é esta, eu, nos termos dos meus direitos constitucionais, no artigo trinta e sete da Constituição, eu sou livre de expressar o que eu bem entender, quer goste, quer não goste o Senhor Presidente. Eu também, às vezes me incomoda quando adormece aqui à minha frente o Senhor Presidente (deverá querer dizer “Senhor Vice-Presidente”) ou quando fala ao telemóvel, quando alguém aqui está a falar e eu logicamente, tenho que respeitar porque, pronto é



42

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e a forma de estar do Senhor Vice-Presidente nesta Assembleia.

----- Agora, eu posso dizer o que eu entender e nós estamos em democracia e ninguém pode mandar calar nem questionar aquilo que eu digo. Portanto, se eu quero votar e se tenho motivos legítimos para votar contra, em nome do meu Partido, eu voto contra e agradeço que não haja esta tentativa de manipulação daquilo que eu digo, ou porque vamos para eleições ou porque somos o bota abaixo, isso é falso. Portanto, nós somos o órgão de fiscalização que é coisa que esta Assembleia infelizmente, não tem sido ao longo de quatro anos.

----- Disse.”

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) tem a palavra.”

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:

----- “Obrigado, Senhor Presidente.”

----- O Doutor António Moita (IN-OV) disse tudo e só quero que fique em Ata dois parágrafos.

----- Aprovámos um investimento de catorze milhões de euros e agora estamos apenas a ajustar o calendário de pagamentos e isto é que é o mais importante. Esta proposta não aumenta um centímo ao valor da empreitada, eu vou repetir para o Senhor Deputado O'Neill (CH) ouvir melhor. Esta proposta não aumenta um centímo ao valor da empreitada. Não muda nada, nem um tijolo do que está contratado.

----- Muito obrigado.”

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte:

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).

----- Mais alguns dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este ponto?

----- Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra?”

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhor Presidente, passava a palavra aqui ao Senhor Vereador Nuno Neto que tem o pelouro e pode explicar com alguma singeleza, o quão simples é esta questão.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Nuno Neto, faz favor, tem a palavra.” -----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Esta questão está concretizada pela intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV). Todas as empreitadas são lançadas com uma previsibilidade de execução. No momento da consignação da empreitada, essa previsibilidade tem que ser ajustada ao cronograma real de trabalhos e daí ao cronograma de execução financeira que é apresentado pelo concorrente. Isto porque, há tarefas que são mais caras, outras que são mais baratas, há tarefas que têm mais tempo de execução, outras que têm menos tempo e é à entidade executante que compete dar essa indicação, não é nada mais do que isso. -----

-----Eu confesso que não tive capacidade na citação de tanto artigo e acho que o Senhor Deputado também não teve capacidade de entender, o que está aqui em causa. Citou tantos artigos, mas nada do que disse, se refere à proposta aqui em causa e, por aqui me fico.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Eu queria apenas pedir desculpa ao Senhor Deputado do Chega, se alguma vez



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

adormeci a ouvi-lo, mas Vossa Excelência não é muito interessante, nem diz coisas muito interessantes. Naturalmente, fisiologicamente não consigo fazer melhor se não adormecer quando Vossa... é melhor aborrecer-me do que a outra situação que possa ocorrer, porque Vossa Excelência não diz nada de interessante, não traz nada de novo, não traz nada de positivo para a comunidade, como tal, o melhor que nós podemos fazer quando ouvi-lo é deixarmos embalar e adeus. -----

----- Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH), interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:**-----

----- “Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este ponto? Não havendo vamos passar então à votação do ponto seis... Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) eu estou a falar, peço desculpa.”-----

----- **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e

Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino), com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), e com um voto contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques). - -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 111/2025”-----**

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 657/2025 - DPCH - P.º. 38/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE TERCENA - 83 FOGOS, BARCARENA - PLANO DE TRABALHOS E DE PAGAMENTOS AJUSTADOS À DATA DA CONSIGNAÇÃO/REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPREITADA -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número



62

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seiscentos e cinquenta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em nove de julho, e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Iniciativa Liberal, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar o plano de trabalhos, plano de pagamentos e respetivo cronograma financeiro da empreitada “Construção do Programa Habitacional de Tercena - oitenta e três fogos, Barcarena”, ajustados à data da consignação, com adequação dos montantes em sede de cabimentação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada pela proposta de deliberação de Câmara número mil e noventa e oito, de dois mil e vinte e quatro, em seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:** -----

----- “Vota contra o Partido Chega e abstêm-se a Iniciativa Liberal e o Evoluir Oeiras. Está aprovada por maioria. -----

----- Para uma Declaração de Voto, faz favor.” -----

4.6.1.1. O Senhor Deputado David Ferreira (EO), fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Queria apenas informar a Mesa que vamos entregar uma Declaração de Voto por escrito. -----

----- Muito obrigado.” -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras, fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“O Grupo político Evoluir Oeiras absteve-se na seguinte proposta tendo por base o princípio da coerência, seguindo a votação que tomou neste assunto desde a abertura do procedimento. -----

-----Já do ponto de vista técnico: -----

-----No ponto II - Análise refere-se que "A programação financeira plurianual com a adjudicação/valor contratual da empreitada de treze milhões, novecentos e vinte e nove mil, trezentos e nove euros e setenta e cinco céntimos ... compreende a seguinte distribuição de despesa plurianual na execução do contrato:-----

-----a) dois mil e vinte e cinco – dois milhões, cento e trinta e três mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e quatro céntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor; -----

-----b) dois mil e vinte e seis - onze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e um euros e oitenta e um céntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor,"-----

-----Quando esta, como se pode ler na INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/sete mil, duzentos e catorze, é a programação financeira que está a ser proposta agora, referindo-se à adequação do cronograma financeiro à data da consignação. -----

-----A programação financeira à data da adjudicação foi praticamente um equilíbrio de valores pelos dois anos (ver PD setenta e sete/dois mil e vinte e cinco): dois mil e vinte e cinco - cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis euros e noventa e sete céntimos; dois mil e vinte e seis - cinco milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro euros e dezanove céntimos. -----

-----Sendo assim, ao contrário do que se afirma na Parte IV da PD seiscentos e cinquenta e sete/ dois mil e vinte e cinco, a programação financeira a substituir é a que consta da PD setenta e sete/dois mil e vinte e cinco e não a da PD mil e noventa e oito/dois mil e vinte e quatro. -----



CL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Para o Grupo Político Evoluir Oeiras é estranho que entre a adjudicação (cinco/dois/dois mil e vinte e cinco) e a consignação (trinta e um/três/dois mil e vinte e cinco), decorridos menos de dois meses, haja necessidade de uma alteração tão radical no escalonamento financeiro do encargo contratual, facto que se procura escamotear referindo a PD mil e noventa e oito/dois mil e vinte e quatro em vez da PD setenta e sete/dois mil e vinte e cinco. -----

----- Para baralhar mais, sem que se perceba a finalidade, apresenta-se uma Ficha de Cabimento cujo valor inscrito corresponde ao montante previsto executar em dois mil e vinte e cinco à data da abertura do procedimento, isto é, a seis/onze/dois mil e vinte e quatro, e que transitou para dois mil e vinte e cinco.” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 669/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Processo das Uniões de Freguesias e da Junta de Freguesia de Porto Salvo relativo ao funcionamento dos equipamentos de infância – 2.º Semestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Senhores deputados, quem pretende usar da palavra em relação a este ponto? -----

----- Faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, em exercício. Em si cumprimento todos. -----

----- A proposta que hoje apreciamos diz respeito à continuação do apoio financeiro do Município às Freguesias, garantindo o funcionamento dos estabelecimentos de infância geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e pelo Centro Social e Paroquial de Oeiras. -----

----- Este modelo de colaboração, com décadas de aplicação no Concelho permite assegurar respostas sociais de proximidade fundamentais para muitas famílias, através do apoio às despesas com pessoal nestes estabelecimentos. -----

----- Para o segundo semestre de dois mil e vinte e cinco, está previsto um total de duzentos

e quatro mil euros, distribuído entre quatro freguesias com base nos custos efetivos reportados e, em conformidade com a legislação aplicável. -----

-----O Grupo Municipal do PSD apoia esta proposta que representa uma gestão responsável, uma política social consistente e um compromisso contínuo com a qualidade de vida em Oeiras.-----

-----Obrigado.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD).-----

-----Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este ponto?

-----O Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra?-----

-----Passamos então à votação do ponto sete.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada deliberou por unanimidade dos presentes, com vinte e oito votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Monteiro, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de



cc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino). -----

----- Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **"DELIBERAÇÃO N.º 112/2025 -----**

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 669/2025 - DCS - PROCESSO DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO RELATIVO AO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE INFÂNCIA - 2º. SEMESTRE DE 2025-**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e sessenta e nove barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em nove de julho, e deliberou por unanimidade dos presentes, com vinte e oito votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um

do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante global de duzentos e quatro mil e seiscentos euros, para a comparticipação nas despesas estimadas do segundo semestre de dois mil e vinte e cinco, com o pessoal afeto aos estabelecimentos de infância da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e do Centro Social e Paroquial de Oeiras, repartidos da seguinte forma:

-----União e Junta de Freguesia - Valor semestral - Valor mensal a transferir: -----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - sessenta e seis mil euros - onze mil euros; -----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - sessenta e seis mil euros - onze mil euros; -----

-----União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - seiscentos euros - cem euros; -----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - setenta e dois mil euros - doze mil euros; -----

-----Total - duzentos e quatro mil e seiscentos euros - trinta e quatro mil e cem euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Está aprovada por unanimidade. -----

-----Passamos então ao ponto oito e último da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 670/2025 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 1.º Trimestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

4.8.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta proposta a qual foi aprovada deliberou por unanimidade dos presentes, com vinte e nove votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (António Alberto Viçoso Avelino). -----

-----Os Senhores Deputados António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 113/2025**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 670/2025 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 1º. TRIMESTRE DE 2025**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e setenta barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número sessenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em nove de julho, e deliberou por unanimidade dos presentes, com vinte e nove votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, para



cc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reforço da comparticipação atribuída no primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco que foi inferior ao montante por elas suportado.

----- Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor:

----- Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dezassete mil noventa e seis euros e cinquenta e nove cêntimos;

----- Carnaxide e Queijas - três mil duzentos e quarenta e nove euros;

----- Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - cento e treze euros e vinte e três cêntimos;

----- Porto Salvo - oito mil duzentos e cinquenta e oito euros e noventa e nove cêntimos;

----- Total - vinte e oito mil setecentos e dezassete euros e oitenta e um cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

----- “Também aprovada por unanimidade.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:

----- “Peço que não se ausentem, temos público que quer intervir.

----- Senhor Rui Manuel Pinto de Abreu, faz favor, pode dirigir-se à bancada.

----- Como sabe, tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

5.1. O Senhor Rui Pinto de Abreu, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:

----- “Boa tarde.

----- Senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa permita-me, cumprimento todos os presentes.

----- Permita-me e ainda um pequeno parêntesis, uma vez que estamos em período pré-

eleitoral para frisar que eu não tenho interesses de natureza política/partidária...não tenho interesses de preferência político-partidária, portanto, não tenho uma relação com nenhuma das forças políticas aqui presentes.

Aquilo que me traz tem a ver com o estacionamento tarifado aos residentes e aos dísticos de residentes.

Em maio/junho de dois mil e quinze recebi na minha caixa de correio, uma circular da empresa municipal Parques Tejo que estatutariamente reporta à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, portanto, penso que estou no sítio certo. Circular essa, assinada, mas não datada, em que refere que a Avenida Jaime Cortesão, a Rua Doutor Alfredo da Costa, a Rua Brito Pais e a Rua Plácido de Abreu, portanto a zona onde eu resido, em Miraflores, passariam então a ser tarifadas e os residentes teriam que obter um dístico de residente. À data, dois mil e quinze, esses dísticos de residentes tinham para a primeira viatura, um custo de seis euros/dois anos e para a segunda viatura, um custo de doze... dos mesmos seis euros.

Estas quatro ruas possuem vinte e cinco números de porta ou vinte e cinco prédios. Possuem quinhentas e setenta e sete frações habitadas e não vou contar aqui os estabelecimentos comerciais. Na rua, existem quatrocentos e dezassete lugares de estacionamento, ou seja, a oferta municipal é de setenta e dois por cento das frações existentes, mas considerando o rácio de viaturas automóveis por habitação, e eu sou administrador de um condomínio há vários anos e sou condómino num outro prédio, onde posso um lugar de garagem, portanto, conheço bem a realidade desta zona. Se considerarmos um rácio de um ponto quatro de viaturas por fração habitada, temos apenas uma oferta municipal de cinquenta e dois por cento. É isso que, eventualmente, acontecerá e eu tenho cinco perguntas quer para a Câmara Municipal quer para os senhores aqui da Assembleia Municipal, das diversas forças políticas, as perguntas são as mesmas para todos.

O que é que acontece, em dois mil e quinze essa era a realidade, alteração verificada



OK

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

num intervalo de dez anos foi quase nula nestas quatro ruas, o que a Parques Tejo fez foi colocar, evidenciar alguns tracejados de estacionamento e colocar nove dísticos de estacionamento para pessoas com deficiência. Foi tudo o que fez em dez anos. Em dez anos, dados do Instituto Nacional de Estatística, o índice de preços do consumidor sem habitação, portanto, vulgo taxa de inflação foi de dezanove ponto sessenta e sete, taxa acumulada. Neste intervalo de dez anos, a Parques Tejo, com aprovação quer da Câmara Municipal, quer dos senhores aqui da Assembleia Municipal atualizou o primeiro lugar estacionamento, portanto, a primeira viatura taxada de residente em cem por cento, cem por cento compara com menos de vinte por cento de taxa de inflação. A segunda viatura foi atualizada em trezentos por cento. Portanto, tenho várias perguntas, acontece que...” -

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Eu peço desculpa, peço que faça as perguntas porque só tem um minuto e meio para ...” -----

----- **O Senhor Rui Pinto de Abreu, município de Oeiras,** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Pois, isto está nas minhas costas, eu não consigo...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

----- “Mas eu estou a dizer-lhe que tem um minuto e meio, peço que faça as perguntas então. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Rui Pinto de Abreu, município de Oeiras,** disse o seguinte: -----

----- “Vou passar às perguntas e vou lê-las, vou deixar os considerandos para depois. -----

----- Cinco perguntas: -----

----- Quantos dísticos de residentes existem atribuídos à data de hoje, nestas quatro ruas? Isto para percebermos em que grau estamos a falar de realidade virtual, porque nós temos mais residentes do que lugares de estacionamento.-----

----- Segunda pergunta: Porque não existem ruas sem tarifação, como é o caso da

envolvente nesta zona onde estamos, mas a minha zona tem estacionamento zona vermelha. Porquê esta diferença quando em termos habitacionais é exatamente a mesma coisa. -----

-----Porque é que a nova edificação da Quinta do Cisnes tem zonas estacionamento verde e a minha tem vermelha, quando o índice de habitação é superior ao meu? Eu não consigo compreender. Há de haver um racional para isto. -----

-----Qual o racional da atualização em cem por cento e em trezentos por cento quando a taxa de inflação foi apenas de dezanove vírgula seis por cento. -----

-----Finalmente, quais as vantagens do dístico de residente para estes residentes? Isto porque a Parques Tejo tem fixado no site, tem publicado no site a seguinte afirmação: “O dístico de residente possui um conjunto de vantagens desenhadas a pensar em si, permite-lhe estacionar gratuitamente no período de tarifação da zona exclusiva”. Ora, isso já existia antes de ela ser tarifada, portanto qual foi a vantagem? -----

-----São estas as perguntas, muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Rui Abreu. -----

-----Senhor Vice-Presidente pode responder?” -----

5.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhor Presidente, naturalmente que as afirmações que o município nos trouxe, agradecendo a sua participação, têm que ser confirmadas com a empresa e tem que se verificar da conformidade e da razão de ser das mesmas. Se está conforme a realidade ou não e tenho que pedir à empresa que responda. -----

-----Muito obrigado.” -----

6. O Senhor Presidente da A.M., em exercício, conclui dizendo o seguinte: -----

-----“Sim Senhor, ficaremos então a aguardar. -----

-----Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra em relação a este assunto do



3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

munícipe? Não havendo então intervenções declaro os trabalhos encerrados.-----

----- Desejo uma boa tarde e até à próxima sessão se Deus quiser.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, deu por encerrada a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da A.M., em exercício, e pelos Secretários da Mesa.-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, -----

R. Ribeiro Ministro

----- O Primeiro Secretário, -----

D. Lígia de Oliveira Soárez

----- A Segunda Secretária, -----

Carolina Soárez

